

ÍNDICE

1 - Enquadramento	3
2 - Metodologia	4
3 – A Atividade Municipal em 2019	5
4 – Execução Orçamental	21
4.1 – Modificações ao Orçamento Inicial.....	22
4.2 – Resumo da Execução Orçamental.....	22
4.3 – Execução da Receita.....	23
4.4 – Execução da Despesa	27
4.5 – Execução do Plano de Atividades Municipal.....	31
4.6 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos.....	32
4.7 – Cumprimento de regras orçamentais	33
5 – Evolução da situação patrimonial, financeira e económica	35
5.1 – Balanço	35
5.2 – Demonstração de Resultados	37
5.3 – Custos por Funções / Obras por administração direta	39
5.4 – Dívida do Município	40
5.5 – Cumprimento de regras financeiras.....	42
6 – Indicadores de Gestão	44
6.1 - Indicadores de natureza orçamental	44
6.2 - Indicadores de natureza financeira.....	45
7 – Factos relevantes verificados após o encerramento do exercício	46
8 – Proposta de Aplicação dos Resultados	47

1 - Enquadramento

Nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

Um dos documentos de prestação de contas é o **Relatório de Gestão**, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referidos no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL). Para além disso, deve conter um conjunto de informações que reflitam a situação funcional, operacional e económica da Autarquia.

Tais informações destinam-se não só à apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal, e ao julgamento do Tribunal de Contas, mas também a terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social do concelho. Nesta conformidade, cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas individuais na sua sessão ordinária de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o n.º2 do artigo 27.º da Lei n.º75/2013 e com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º73/2013, de 3 de Setembro (na sua atual redação), que estabelece o regime financeiro das autarquias locais.

Posteriormente, o Município remeterá à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e ao Tribunal de Contas os documentos de prestação de contas, e disponibilizá-los-á no seu sítio eletrónico.

Refira-se que o Município de Odemira não apresenta contas consolidadas uma vez que não se encontra em nenhuma das situações previstas no art.º75.º do regime financeiro das autarquias locais.

2 - Metodologia

A **Prestação de Contas**, para além de integrar o **Relatório de Gestão**, é composta por documentos financeiros que transmitem a imagem da Autarquia no final do exercício.

Um desses documentos é o **Balanço** que espelha a comparação entre os agregados ativos e os agregados passivos do património da autarquia, revelando assim a sua situação patrimonial e financeira e pondo em evidência os seus fundos próprios. Outro dos documentos financeiros é a **Demonstração de Resultados** que evidencia os custos incorridos e os proveitos obtidos no exercício económico, bem como o respetivo resultado apurado.

Para uma melhor análise da situação patrimonial, financeira e económica é apresentado um documento denominado **Anexos às Demonstrações Financeiras** que contém a caracterização do Município e as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Também a execução dos Documentos Previsionais, apresentada nos **Mapas de Prestação de Contas**, fornece elementos essenciais que permitem aferir a capacidade de concretização do planeamento efetuado para o exercício.

Dando cumprimento ao disposto no n.º3 do art.º 76.º do regime financeiro das autarquias locais (na sua atual redação), é apresentado documento elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nomeada pela Assembleia Municipal, que contém a **Certificação Legal de Contas** e o **Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas**, nos termos previstos no art.º 77.º daquele normativo.

Relativamente ao relatório da atividade desenvolvida pela autarquia foram obtidos os dados necessários com o contributo de todos os serviços, sendo de realçar que, presentemente, as unidades orgânicas do Município procedem a relatórios trimestrais de atividade.

3 – A Atividade Municipal em 2019

Enquadramento Financeiro e Patrimonial

O presente documento de Prestação de Contas 2019 (Relatório e Contas) apresenta com ênfase a prestação de contas e as ações de maior relevância desenvolvidas pela Câmara Municipal de Odemira no âmbito das Grandes Opções do Plano 2019.

Da análise financeira e patrimonial, destaca-se que a execução orçamental em 2019 apresenta uma despesa total de 29.783.577,55 euros (contra 29.038.882,42 euros em 2018), repartida por 7.291.224,78 euros (contra 6.603.457,19 euros em 2018) de despesa de capital, o que representa 24,5%, e uma despesa corrente de 22.492.352,77 euros (contra 22.435.425,23 euros em 2018), o que representa 75,5%. Ainda em 2019, a receita total obtida foi de 31.490.389,54 euros (contra 28.492.884,41 euros em 2018), ou seja, mais 10,5%, relativamente a 2018, da qual 3.366.184,20 euros (contra 2.532.940,70 euros em 2018) em receita de capital.

A comparação com a média dos 3 anos imediatamente anteriores (2018, 2017 e 2016) permite-nos constatar a recuperação de arrecadação de receita ao longo do quadriénio, invertendo a tendência que vinha em decréscimo desde 2009 até 2015. Saliente-se que ao nível da despesa de capital esta reflete a opção tomada de aplicar parte da receita corrente em investimento.

Em termos globais as verbas arrecadadas em 2019 foram superiores em cerca de 1,7 M€ às verbas pagas, registando-se um saldo de capital negativo na ordem dos 4,0 M€ e um saldo corrente positivo superior a 5,6 M€.

As receitas correntes registaram uma cobrança superior ao ano anterior, sobretudo, por via de uma maior arrecadação de transferências da administração central e do IMT.

A receita de capital arrecadada em 2019 registou um acréscimo quando comparada com o ano transato, justificada essencialmente pelo acréscimo nas transferências da administração central e nos recebimentos do PT2020 relativos a projetos executados e pagos de candidaturas totalmente executadas e em execução.

Por outro lado, a despesa de capital executada em 2019 registou um acréscimo de 10,4% quando comparada com o ano anterior, essencialmente justificada com a execução de investimentos co-financiados pelo Portugal2020.

Por comparação com o ano anterior, conclui-se que a despesa corrente se manteve ao mesmo nível de 2018.

A análise dos números anteriores e da execução do PPI, permite concluir uma maior preponderância das funções sociais na estrutura do investimento realizado, tendo a gestão assentado no cumprimento dos objetivos e sido marcada pela redução da despesa, incrementando e diversificando as fontes de receita, nomeadamente pela captação de Fundos Comunitários de diversos Programas.

Conforme se pode concluir, os proveitos decorrentes do exercício de 2019 são superiores em cerca de 8,0% aos obtidos em 2018. Ao nível dos custos constata-se um aumento na ordem dos 3,1% relativamente àquele ano.

Constata-se, igualmente, que os proveitos obtidos superaram os custos incorridos pelo que a demonstração de resultados por natureza, apresentada no quadro acima, permite-nos observar um resultado líquido positivo em cerca de 2.196.000€ no final de 2019.

O aumento ao nível das vendas e prestações de serviços, dos impostos e taxas, e, sobretudo, das transferências e subsídios correntes obtidos, foi superior ao aumento conjugado dos custos, pelo que o resultado operacional obtido foi positivo em cerca de 1.889.000€.

O Passivo prosseguiu a tendência decrescente, sendo de realçar a redução ocorrida ao nível do endividamento de médio e longo prazo, que a 31 de Dezembro apresenta um valor de 4,4 M€.

Os Resultados Extraordinários, apesar de inferiores a 2018, foram positivos na ordem dos 326.000€.

Os indicadores de liquidez relativos a 2019 dão-nos conta de uma situação de tesouraria confortável.

Conforme se pode constatar pelos principais indicadores, rácios de solvabilidade e de autonomia financeira apresentados, a autarquia detém uma boa solidez financeira e uma boa capacidade para fazer face aos compromissos assumidos com os seus fornecedores.

Principais Atividades em 2019

O ano 2019 corresponde ao terceiro ano do mandato autárquico 2017/2021, decorrendo num período de recuperação económica e financeira do país, traduzido pelo maior crescimento económico e menor deficit orçamental de que há registo.

O **reforço do Controlo e Racionalização Orçamental**, a aposta em modelos de serviço público destinado às **Pessoas e à sua Qualidade de Vida, ao reforço da Competitividade e Inclusão**, continuaram a constituir em 2019 os pilares das grandes opções da atividade municipal, que configuraram as grandes orientações do Mandato 2017/2021.

Em 2019 prosseguiram diversos investimentos por empreitada e administração direta do município, tendo-se concluído e iniciado novas realizações em áreas como a requalificação urbana, rede viária municipal, redes de abastecimento de água, saneamento e tratamento de efluentes e em diversos espaços e equipamentos públicos.

A realização de atividades na Educação, na Juventude, no Apoio Social aos mais carenciados, no Lazer, Desporto e Cultura, nas novas Tecnologias da Informação e Comunicação, no Ambiente, na dinamização de mais e melhor Cidadania, no apoio ao trabalho das Associações, contribuíram decisivamente ao longo do ano para a dinamização e construção de uma melhor qualidade de vida, numa sociedade mais ativa, solidária e participativa.

Em 2019 continuámos a trabalhar em parceria, com as Juntas e Assembleias de Freguesias, com a Assembleia Municipal, com o Governo e com a União Europeia, com as Associações e as Empresas, tendo sido reforçada a continuidade no aprofundar do trabalho interinstitucional, nomeadamente com a dinamização das Comissões e Conselhos Municipais nas áreas da Ação Social, Educação, Juventude, Segurança, e de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Ainda em 2019 o Município de Odemira prosseguiu a aposta na promoção institucional “Odemira – Um Alentejo Singular”, reforçando a sua notoriedade, confirmando o trabalho de promoção e afirmação regional e nacional que vem sendo realizado.

Principais Serviços e Projetos Municipais

Em 2019 prosseguiu o processo de promoção da **cidadania e da participação dos cidadãos** na gestão pública promovendo a concretização dos projetos vencedores do Orçamento Participativo de 2018, 2017 e 2016 ainda por concluir, e simultaneamente desenvolvendo o processo do oitavo ano de **Orçamento Participativo no Município de Odemira**, prática que permite aos cidadãos participarem ativamente no processo de decisão de alguns investimentos públicos municipais, permitindo desta forma adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, melhorando a qualidade de vida e o exercício de uma cidadania informada, ativa e responsável, reforçando a credibilidade das instituições e a qualidade da democracia.

Em 2019, prosseguiu a execução dos projetos OP-Rio Mira para Todos, OP-Amar os Outros, OP-Reabilitando espaços e OP-CRIAR, tendo sido elaborados os projetos de execução dos OP-Beneficiação do Campo da “Boa Esperança” em Boavista dos Pinheiros, e os concursos para execução dos OP-Luzianes Ativa e OP-Saboia Ativa.

Também em 2019, Odemira continuou a integrar com sucesso o “consórcio” âncora do projeto “Portugal Participa - Caminhos para a Inovação Societal”, com o objetivo de promover processos de democracia participativa, que produzam mudanças transformadoras na sociedade, visando o envolvimento das comunidades e a prosperidade individual e coletiva, projeto apoiado e financiado a 100% pelo EA Grants (Fundação Calouste Gulbenkian), desenvolvido por Universidades e coordenado pela Associação In-LoCo.

No âmbito da **Proteção e Segurança**, foi executada a limpeza/desmatação da rede de caminhos e Estradas Municipais no âmbito do PMDFCI, bem como a limpeza e manutenção de sobrantes nas propriedades municipais e em substituição de privados faltosos, e assegurada a operacionalidade da equipa de Sapadores Municipais e do Conselho Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Em 2019, a Autarquia continuou a assegurar subsídios no âmbito dos protocolos estabelecidos às corporações de bombeiros do concelho, destinados ao apoio à atividade e à aquisição de equipamento.

Ainda em 2019, foi dada continuidade ao Protocolo entre a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira, a Câmara Municipal de Odemira e a ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil, relativo ao funcionamento de uma Equipa Permanente de Intervenção nos Bombeiros Voluntários de Odemira, sendo 50% dos custos da equipa assumidos pela CMO e idêntica responsabilidade no protocolo aprovado pelas mesmas entidades, para uma nova equipa de EIP a funcionar nos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Milfontes, esta criada em 2019.

Também nesta área se deu continuidade à revisão do Plano Municipal de Emergência e procedeu à execução da limpeza de diversas linhas de água em meio urbano, cuja solução teve como objetivo eliminar os riscos de cheias.

No âmbito da defesa da floresta contra incêndios prosseguiram os trabalhos de aplicação do Plano Operacional Municipal com forte incidência no controlo de vegetação e sinalização do

território em parceria com diversas instituições, ações de sensibilização, e, na Época de Fogos Florestais foi implementado o sistema municipal de coordenação das ações de vigilância e de prevenção dos incêndios florestais.

Ainda em 2019, o Município de Odemira participou na formação da “Rede Portuguesa de Municípios com Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas”, tendo como parceiros 25 outros Municípios, em continuidade ao processo de conceção e realização destas Estratégias Municipais e da formação de técnicos de autarquias, que no caso de Odemira resultou na elaboração da “Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Odemira”, apresentada publicamente em 2017.

Em 2019, o Conselho Municipal de Segurança de Odemira manteve a sua atividade regular, de acordo com a Lei n.º33/98 de 18 de Julho, tendo realizado reuniões regulares trimestralmente e promovido as ações consequentes em parceria com as instituições locais e regionais.

No domínio da **Educação**, prosseguiu a aplicação prática de diversas ações previstas em 2019, com destaque para o transporte escolar efetuado com recurso a meios próprios, contratados e em parceria com as juntas de freguesia locais. Neste âmbito, o Município de Odemira procurou implementar medidas ajustadas à realidade local, socialmente mais favoráveis, cumprindo os princípios gerais da Lei de Bases do Sistema Educativo, no sentido de garantir o direito e a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar dos alunos.

Em 2019, prosseguiu o Projeto “Odemira Território Educativo”, projeto integrador que prevê a promoção de medidas que procuram cumprir o desígnio da escola pública, consubstanciado no cumprimento da escolaridade obrigatória, na promoção do sucesso escolar e na concretização da educação como ferramenta essencial na amenização das desigualdades sociais e promoção de uma sociedade mais coesa e equilibrada, onde assume relevância a ação social escolar no âmbito do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico.

O apoio na aquisição de materiais e manuais escolares, a continuação do programa de generalização das refeições no 1.º ciclo, medida estendida ao pré-escolar no concelho de Odemira, a concretização da componente de apoio à família no pré-escolar com as refeições e com o alargamento dos horários de funcionamento dos jardins de Infância, são medidas centrais de apoio às famílias.

Também neste domínio se continuou a assumir a totalidade dos transportes escolares no ensino obrigatório, tendo sido aprovadas e atribuídas 36 bolsas de estudo a alunos em frequência do ensino superior nos termos do Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo.

Com este tipo de apoios e com a concretização de diversas ações e medidas em parceria com os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas procuramos construir um concelho educador, inovador e criativo, bem como promover a “construção” de cidadãos informados, autónomos, responsáveis, empreendedores, com elevada consciência e participação cívica, investindo na educação como pilar para a competitividade e atratividade do território, aumentar o nível de escolaridade da população de Odemira, e, centrar sobre as oportunidades da globalização a construção de um novo modelo de cidadania. Sendo estes a Missão, Perfil do Aluno e objetivos gerais do Projeto Educativo Municipal que iniciou a sua implementação no ano letivo de 2011/2012.

Em 2019, o Município continuou a integrar a “Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras” e neste âmbito a promover a partilha das boas práticas para a construção de um projeto educativo local de uma cidade educadora inclusiva e participativa no cumprimento dos princípios da Carta das Cidades Educadoras.

Ainda neste âmbito, em 2019, o Município de Odemira e os agrupamentos de escolas têm vindo a concretizar as ações previstas no Projeto de Promoção do Sucesso e Redução do Abandono Escolar, a implementar entre 2019 e 2020, que serviu de base à candidatura aprovada, submetida ao Pacto do Alentejo Litoral – Portugal2020.

No decorrer do ano 2019, concluiu-se o novo centro escolar de S.Teotónio e procedeu-se à elaboração de projetos e ao lançamento de concursos com vista à construção e renovação de novos equipamentos educativos, com especial destaque para os projetos dos centros escolares de S.Luis (obra a iniciar em Junho de 2020), Longueira/Almograve (em ante projeto), e projetos de arranjos exteriores nas EB1 de Brunheiras, Relíquias e JI do Cavaleiro (em preparação de concurso). Em 2019, decorreram ainda diversas beneficiações da qualidade de espaços físicos onde decorrem as práticas educativas, apetrechando as escolas e jardins-de-infância com mobiliário, material didático, equipamento audiovisual, informático e de exterior, tendo-se procedido a aquisições para diversos estabelecimentos de ensino.

Com o objetivo de contribuir para a melhoria do funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico da rede pública, o Município disponibilizou, tal como em 2018, verbas destinadas a este fim (encargos com consumíveis para computadores, fotocopiadoras, impressoras, conservação de equipamento diverso, entre outras situações), em protocolos com os agrupamentos de escolas e com as Juntas de Freguesia locais.

Manteve-se em 2019 a cooperação com a comunidade educativa local, através dum conjunto diverso de apoios que passaram pela cedência de transportes e apoio para a sua contratação (quando aplicável), apoio técnico e logístico para atividades realizadas pelos diversos parceiros locais.

De acordo com Decreto-Lei n.º7/2003 de 15 de Janeiro e Retificação da Lei n.º41/2003 o Conselho Municipal de Educação de Odemira manteve a sua atividade, tendo realizado reuniões regulares.

Na promoção e apoio a iniciativas relacionadas com a **Juventude**, destaca-se em 2019 a realização de diversas ações do Projeto Municipal OJovem e da Assembleia Municipal Jovem. Também neste âmbito funcionou com regularidade o Conselho Municipal da Juventude, da gestão do Cartão Municipal OJovem e foi continuado o Protocolo de colaboração com a Movijovem relativa à Pousada da Juventude de Almograve. Em 2019, foram aprovadas candidaturas ERASMUS +, que permitiram intercâmbio de jovens voluntários europeus em experiências no estrangeiro e de jovens da UE no concelho (programa que ainda decorre).

No âmbito da **Saúde**, destaca-se a continuidade na cedência de alojamento à ULSLA em Odemira, permitindo instalar pessoal médico e de outras especialidades em Odemira, para fazer face à carência local de assistência à saúde. Em 2019, continuou efetivo o protocolo que envolve a ARS, a Santa Casa da Misericórdia de Odemira (SCMO) e o Município de Odemira, relativo à Unidade Móvel de Saúde, designada de “Saúde na Mira”, prestadora de cuidados de

saúde primários junto da população envelhecida em situação de isolamento. Em paralelo, continuaram a ser dinamizadas atividades promotoras de estilos de vida pró-ativos e saudáveis dedicados à população em geral, de que são exemplo as caminhadas organizadas regularmente e, vocacionado especificamente para a população sénior, o Programa “Viver Ativo”, disseminado por todo o território. Ainda em 2019, Odemira prosseguiu a sua participação ativa na “Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis”, composta por mais de meia centena de Municípios e outras entidades públicas e Instituições.

Em 2019, concluiu-se o projeto de arquitetura da nova extensão de saúde de Vila Nova de Milfontes, tendo sido iniciados os projetos de especialidades (em curso), para este investimento já candidatado no âmbito do Alentejo2020.

No domínio **Social**, foram estabelecidos protocolos de apoio financeiro e técnico com três instituições particulares de solidariedade social do concelho para a comparticipação das despesas em obras (a decorrer) de ampliação e remodelação de equipamentos residenciais para idosos, em Sabóia, S. Martinho das Amoreiras e S. Teotónio, face à necessidade de qualificação e reforço das respostas sociais. Este apoio tem por objetivo fazer face ao investimento não comparticipado, no âmbito das candidaturas aprovadas destas instituições a financiamento comunitário, que prevê uma comparticipação até ao limite de 85% nos projetos de reconversão ou beneficiação de respostas sociais, no âmbito do Alentejo 2020. O Município comparticipa com um montante total superior a 625 mil euros, para um investimento total superior a 3 milhões de euros.

Em 2019, concluiu-se o projeto de arquitetura do novo CAO - Centro de Atividades Ocupacionais de Odemira, tendo sido iniciados os projetos de especialidades (em curso) deste investimento já candidatado e aprovado no âmbito do Alentejo2020.

Na **Ação Social**, deu-se continuidade ao atendimento a munícipes com o objetivo de proceder à análise, diagnóstico e encaminhamento dos casos sociais sinalizados no âmbito dos diferentes programas nacionais de apoio mas também municipais - com destaque para o Programa de Apoio ao Arrendamento, Cartão Social Municipal e do Cartão Abem – Rede do medicamento, bem como do Programa de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas ou Dependentes, concedendo-se apoios atenuantes dos difíceis contextos económico-sociais, num esforço concertado de combate à pobreza e à exclusão social no concelho.

No âmbito da Rede Social, estrutura agregadora e impulsionadora da política social no concelho, há ainda lugar para o financiamento de atividades de promoção e sensibilização de dias alusivos à Deficiência, à Multiculturalidade, à Saúde Mental e ao Combate à Exclusão Social.

Ainda no âmbito da Rede Social, em 2019, prosseguiu a afirmação das Comissões Sociais Interfreguesias (CSIF), como estruturas de grande relevância para o combate da exclusão social e coesão territorial pela sua proximidade às situações problemáticas, mas igualmente pelo princípio da subsidiariedade que lhes assiste.

Em 2019, a aposta na integração da pessoa portadora de deficiência, traduzida na melhoria da sua qualidade de vida e no aumento do seu nível de participação social, cultural e cívica, manteve-se através do apoio financeiro às entidades locais e regionais que acolhem utentes

odemirenses, participando cada um em função das respostas sociais de que é beneficiário, como acontece com a APCO, CERCISIAGO e CERCICOA.

Também em 2019, o Município prosseguiu na construção e consolidação de políticas sociais assentes na dinamização de grandes projetos de intervenção comunitário, suportados em redes de trabalho colaborativo, de participação cívica alargada e de governação integrada – por incluírem o Município, mas também um consórcio de entidades públicas e privadas, de que são exemplos o desenvolvimento de atividades no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade de Género e do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes e os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Comissão Municipal do Idoso.

As preocupações com o envelhecimento ativo, para além dos apoios financeiros específicos no âmbito do Cartão Social Municipal, do Programa “Viver Ativo” e da Comemoração do Dia Internacional do Idoso, a ser enquadradas por este novo Fórum de discussão – Comissão Municipal do Idoso, que fomentou a elaboração de um diagnóstico exaustivo da população sénior e do mapeamento de recursos existentes – Carta Social do Idoso, documento essencial ao futuro trabalho a realizar.

Em 2019, foram implementadas diversas medidas da candidatura “Odemira Integra +” apresentada e aprovada a fundos comunitários (com o apoio do Alto Comissariado para as Migrações) facilitando pôr em prática o plano municipal – ODEMIRA INTEGRA - visando um acolhimento adequado e a integração efetiva dos grandes fluxos populacionais que afluíram, nos últimos anos ao concelho, debelando os riscos sociais e ambientais de um fenómeno crescente mas pouco conhecido, mas com reflexos evidentes no desenvolvimento económico, na mitigação da diminuição demográfica e na oportunidade que advém da proximidade de culturas.

Ainda em 2019, foi assegurada a continuidade do CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, tendo também como entidade executora a Taipa, CRL, em parceria com empresas locais e o Município. Ainda no âmbito desta parceria, o Município apoiou a distribuição de Cabazes de Natal a famílias carenciadas, na campanha “Aliados no Natal”.

Quanto ao fenómeno da violência doméstica e igualdade de género, em 2019, no âmbito de uma melhor inclusão social nestas áreas estratégicas, desenvolveram-se diversas ações no âmbito da parceria assegurada por protocolo com a administração central, a Taipa, CRL e os municípios de Odemira e Aljezur, assegurando assim, a valência instalada em Odemira, do GAV – Gabinete de Apoio à Vitima.

No ano de 2019 continuou o regular funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira com o apoio do Município, promovendo o envolvimento da comunidade civil, bem como do Banco Local de Voluntariado, fazendo o encontro entre disponibilidades da sociedade civil para a participação cívica e o desenvolvimento de projetos de intervenção comunitária.

Em 2019, tendo por base o Diagnóstico Social do concelho de 2015, envolvendo todos os parceiros da Rede Social de Odemira, deu-se cumprimento ao Plano de ação do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), enquanto ferramentas estruturantes de ação para o biénio 2017/2019, visando a definição de respostas sociais consentâneas com a realidade atual.

Ainda em 2019, foi concluído o CLIS – Contrato Local de Inovação e Inclusão Social de Odemira e aprovada a candidatura e protocolo do primeiro CLDS 4G – Contrato Local de Desenvolvimento Social a implementar em Odemira, promovido pela Taipa, apoiado pela administração central e pelo município de Odemira, a executar entre 2019 e 2021, num montante global superior a 400 mil euros.

No âmbito do **Licenciamento e Planeamento Urbanístico**, em 2019, a atividade do Planeamento Urbanístico desenvolveu-se de acordo com o estipulado no Plano de Atividades e Orçamento na prossecução das GOP da responsabilidade do serviço, bem como na análise e enquadramento de processos de obras particulares e planeamento de infraestruturas.

Em 2019, prosseguiu a preparação dos termos de concurso para contratação da revisão da Reserva Ecológica Municipal, e contratação da equipa de desenvolvimento da revisão do PDM, bem como o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão da AUGI do “Bairro Viriato” em Vila Nova de Milfontes e concluída a proposta técnica do Plano da AUGI do Brejinho em Zambujeira do Mar (em processo de registo cadastral e preparação de concurso de obras de infraestruturas), bem como os trabalhos de elaboração do Plano da AFIPR em Vila Nova de Milfontes (atualmente em curso), a implementação do PIER da Herdade do Zorreiro e prosseguiu o desenvolvimento do PIER da Entrada da Barca em Protocolo com a Sociedade Polis do Sudoeste Litoral (atualmente em fase de apreciação pelas entidades competentes).

Em 2019 prosseguiu a qualificação da envolvente ao Lar de Relíquias (em conclusão), projeto da 1ª fase de reconversão da antiga Fábrica da Moagem de Sabóia, e projeto da ecovia entre Cruzamento e Almogrove, Parque de estacionamento em Vila Nova de Milfontes, Acessos e rampa do polo náutico na Barragem de Santa Clara e concluiu-se a 2ª fase da Requalificação da zona ribeirinha em Odemira.

Também em 2019, com a participação do Município de Odemira, foi dada continuidade à atividade da Sociedade Polis do Litoral Sudoeste com a conclusão de várias ações das intervenções previstas no âmbito do Polis do Litoral Sudoeste, das quais se destacam a qualificação dos aprestos de pesca em Lapa de Pombas - Almogrove (em conclusão), a requalificação dos acessos à Praia do Almogrove, a 3ª fase de qualificação de Vila Nova de Milfontes – marginal (em curso), bem como a conclusão dos projetos de diversas eco e ciclovias no concelho de Odemira.

Em 2019 prosseguiu o plano de desenvolvimento da plataforma do **SIG municipal** bem como o de tratamento de informação e disponibilização interna.

No **Ambiente** destaca-se a continuação dos investimentos em novas redes de águas e esgotos a populações ainda não servidas, como são os casos do abastecimento de água à zona Nascente de Vila Nova de Milfontes, da rede de esgotos e ETAR de Foros da Caiada (em contratação) e a continuação dos investimentos e da gestão dos sistemas “em Alta” pela AgdA, SA, para além das atividades regulares de ramais, reparações e prolongamentos de redes, bem como o controlo e reforço da qualidade da água no concelho.

Neste âmbito, destaque-se, que por iniciativa da AgdA, SA concluíram-se a construção da nova ETAR de S.Teotónio (em funcionamento) e a nova adução de água a S.Luis com origem na ETA de Longueira/Almogrove, estando atualmente em fase de conclusão importantes investimentos estruturantes no concelho com destaque para as novas aduções a Vale Ferro,

Relíquias, Colos, S.Martinho das Amoreiras, Aldeia das Amoreiras e Amoreiras Gare, tendo-se iniciado a obra de adução a Luzianes-Gare a partir de Santa Clara (ainda em curso).

Em 2019 desenvolveram-se diversas iniciativas municipais de reforço de eficiência hídrica (redução de perdas e fugas na rede e monitorização de consumos extremos), tendo atingido no final de 2019 o objetivo traçado inicialmente de redução de 2,0 %, relativamente ao ano de 2018, neste indicador.

Durante o ano 2019, prosseguiu um conjunto de ações com o objetivo de melhorar a qualidade e o desempenho das tarefas atribuídas, no sentido de contribuir para a garantia da salubridade pública do Concelho, dos quais se destacam a colocação e substituição de contentores de RSU em vários locais e a continuidade do serviço de lavagem dos mesmos (3X/ano) nos principais aglomerados do concelho.

Neste âmbito destaque-se igualmente, em 2019, o processo de implementação do Plano Estratégico de Resíduos candidatado ao PERSU do Portugal 2020, desenvolvido pela AMBILITAL, EIM, que inclui o reforço de ecopontos em todos os concelhos do sistema, e a continuação do programa de reforço da lavagem de contentores da recolha seletiva pela AMBILITAL, EIM, empresa Intermunicipal a que o Município de Odemira preside, e que serve 7 municípios.

Na **Rede Viária e Espaços Públicos**, em 2019, prosseguiu o programa de **beneficiação em diversos caminhos e estradas municipais**, dos quais se destacaram, o reforço na Sinalização horizontal e vertical em diversos caminhos e estradas municipais, o reforço de estruturas de acalmia de trânsito em diversas localidades e a Beneficiação/Conservação do CM-1122.

Em 2019 prosseguiu a regular atividade, de **conservação e beneficiação de diversas estradas e caminhos** por administração direta do município e em parceria com as juntas de freguesia e de manutenção e requalificação de valetas, taludes e plataforma da rede de caminhos agrícolas e vicinais.

Prosseguiu também ao longo do ano de 2019 a regular atividade, em parceria com as juntas de freguesia, de manutenção e requalificação de espaços verdes municipais, tendo igualmente prosseguido o plano de **Toponímia e Numeração de Polícia** das freguesias.

Em 2019, prosseguiu o reforço de diversos pontos de **iluminação pública**, implementados pela EDP, a substituição de 1.280 luminárias de Vapor de Mercúrio por luminárias com tecnologia LED e a conclusão do Plano de Ação no âmbito do Estudo de **“Diagnóstico e Estratégia de Eficiência Energética no concelho de Odemira”** (elaborado pelo IST) tendo sido concluído o Estudo de Avaliação da **Eficiência Energética** em diversas instalações municipais, este elaborado pela CIMAL e em conjunto com os restantes Municípios desta Comunidade.

No âmbito da **Atividade Cultural** desenvolvida, manteve-se o nível de oferta cultural proporcionada à população pelo fator de coesão territorial que gera, pelo dinamismo económico que potencia, pela preservação da identidade coletiva que assegura e pelos novos públicos que forma, assumindo-se, nesta perspetiva, como fator de desenvolvimento.

Destacam-se, assim, as múltiplas iniciativas realizadas pelo Movimento Associativo local, cuja atividade cultural foi amplamente apoiada pela Autarquia, revestindo-se este apoio não apenas nos aspetos financeiros, mas igualmente logísticos e técnicos, no âmbito do Programa

de Apoio às Atividades Culturais e Recreativas de 2019. Consequentemente, decorreram centenas de ações promovidas ao longo do ano, entre música, teatro, cinema, dança, artes plásticas, produção literária, banda desenhada, fotografia, tidas como as principais manifestações artísticas a promover como fatores de diferenciação e de promoção de capacidade criativa. No período entre junho e agosto, destacaram-se ainda pelo intenso trabalho desenvolvido, as associações e as comissões de festas locais que, um pouco por todo o concelho, concretizaram as suas iniciativas anuais, com a comemoração dos Santos Populares, a realização de inúmeras festividades nas freguesias, Encontros de grupos corais, entre outros, com o apoio do Município.

No âmbito da iniciativa municipal, é de referir a realização de diversos eventos de relevância nacional, donde se destacam as comemorações do 43º aniversário do 25 de Abril em Odemira, tendo ocorrido a sua celebração com um amplo leque de atividades culturais (teatro, artes plásticas, música, literatura, cante alentejano, folclore, desporto) exaltando-se e renovando-se, ao mais alto nível, os valores da democracia. Igualmente com dimensão nacional, são ainda de mencionar o Concurso de Banda Desenhada, incentivadora de novos valores e promotora deste género artístico e literário, associada a um conjunto de outras iniciativas congéneres e aglutinadas no Programa BDTEca, o Festival Sete Sóis, Sete Luas, fomentador da música popular mediterrânea e o festival TASS JAZZ, dedicado a públicos mais exigentes musicalmente.

De referir ainda, a Comemoração do Feriado Municipal que incluiu, a 8 de setembro de 2019, uma sessão solene com entrega de prémios de mérito municipal a quem se destacou no ano anterior, nas áreas do desporto, cultura, desenvolvimento económico e cidadania. Esta iniciativa decorreu simultaneamente às festividades da patrona do concelho – N.ª Sr.ª da Piedade e atraiu milhares de visitantes a Odemira.

Ainda no que concerne às principais atividades culturais desenvolvidas importa destacar, em 2019, o Festival de Marchas Populares de Odemira, forte iniciativa que espelha o empreendedorismo associativo, facilitador do convívio intergeracional, da promoção das tradições associadas aos Santos Populares e que permitiu a ampla dinamização de nove localidades do concelho, ao longo de todo o mês de junho.

Também a preocupação com o Património Histórico e Cultural continuou a ser uma prioridade, assinalado em dois momentos distintos ao longo do ano: Jornadas Europeias do Património e Comemoração dos Sítios e dos Monumentos, “Reavivando Memórias” - tertúlia entre os principais atores vivos de lugares de referência no concelho.

Em 2019, o Município apoiou a consolidação do projeto “Centro de Valorização da Viola Campaniça e Cante ao Espique”, em S. Martinho das Amoreiras e projetou a musealização e centro de aprendizagem destas artes tradicionais, num edifício adquirido nesta sede de freguesia.

Importa destacar ainda, no âmbito da produção e promoção de atividades culturais de responsabilidade municipal, o qualificado programa cultural do Cineteatro Camacho Costa (sendo de referir o esforço em proporcionar, assim que disponibilizados no mercado nacional, as principais novidades cinematográficas) e da Biblioteca Municipal José Saramago (relativo à da promoção da literacia e da leitura), por onde passaram milhares de munícipes e visitantes do concelho em 2019.

No âmbito do apoio continuado às estruturas produtoras de cultura do Concelho, é ainda de destacar o apoio financeiro, mobilidade e parcerias específicas de promoção das artes de palco e das artes plásticas concedidas, designadamente à Sopa de Artistas, Cultivamos Cultura e Escola de Artes do Alentejo Litoral ou com entidades de reinserção, como é o caso do Estabelecimento Prisional de Odemira, em que a Biblioteca assegura atividades promotoras da leitura.

No Domínio da **Promoção e Dinamização da Atividade Económica Local**, destacam-se as ações do atendimento descentralizado - Projeto “BU Kiosk” (em Sabóia, S.Teotónio, Colos e Vila Nova de Milfontes), com o objetivo de reforçar e aproximar o serviço prestado aos promotores de atividades económicas e outros serviços municipais no concelho de Odemira, a parceria com o IEFP, relativa à logística e funcionamento do GIP – Gabinete de Inserção Profissional de Odemira, a Bolsa de Emprego, a Rede de Fomento do Empreendedorismo do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral (Protocolo c/ IPB, ADRAL e Sines Tecnopolo), a divulgação e apoio a candidaturas dos Incentivos PRODER – ADL e ESDIME, o apoio à DECO, o apoio logístico e parcerias com a Associação de Pescadores e Moradores da Azenha do Mar, Casas Brancas, Rota Vicentina, bem como o apoio e fomento de diversas atividades formativas.

Em 2019, em parceria com a Associação de Produtores de bebidas de Medronho – “Arbutus”, prosseguiu a promoção e dinamização da marca “Medronho do Sudoeste” em diversos certames e iniciativas locais e regionais.

Ainda em 2019, prosseguiram os estudos e projetos do ninho de empresas em S.Teotónio, Sabóia e Colos (frente ao espaço da Feira de S.João), com o objetivo de criar condições naquelas localidades para acolher iniciativas empresariais.

Ainda no apoio e promoção à atividade económica e empreendedorismo destacamos em 2019 a dinamização do programa “Odemira Empreende” (premiado em 2017 pelo IAPMEI), no seu 3º ano de vigência, composto de medidas de apoio e incentivo à atividade económica local, ao incremento de iniciativas empresariais, ao reconhecimento da inovação e empreendedorismo, e à criação de emprego, no apoio ao acesso a candidaturas e financiamentos e à realização de Feiras e Certames Locais.

Em 2019 concretizaram-se ainda importantes realizações no domínio económico, tal como a realização de diversos benefícios de valorização dos Portinhos de Pesca, na concretização das infraestruturas de apoio balnear e náutico na barragem de Santa Clara, no desenvolvimento da “Estratégia de Valorização do Rio Mira – Da Barragem à Foz” e no desenvolvimento do projeto de modernização do Mercado de Odemira (este em estudo de económico).

Em 2019 prosseguiram as iniciativas promocionais de captação de investimento nas energias renováveis, a promoção do concelho e da oferta turística (melhores praias, gastronomia, rotas pedestres e cicláveis, Surf, Stª Clara, produtos endógenos, entre outras).

Ainda na promoção, destacam-se em 2019, as dinâmicas produzidas a partir dos Postos de Turismo do concelho e a dinamização do comércio local, de que são exemplo a dinamização do mercado municipal, as visitas turísticas, as semanas gastronómicas, e diversos Colóquios, Workshops e sessões de esclarecimento relacionadas com assuntos de interesse para o tecido empresarial.

Também em 2019, decorreu mais uma edição da FACECO – Feira de Atividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira que se realiza anualmente em S. Teotónio e que em 2019 teve a duração de 3 dias, apresentando um elevado nível cultural, tendo sido visitada por mais de 32.000 visitantes e dos apoios prestados à realização das tradicionais Festas e Feira de Amoreiras Gare, da Feira de S. João em Colos, da Feira das Tasquinhas em S. Luis e da FACES em Sabóia.

O setor do **Turismo** continuou a ter como principais objetivos, o planeamento e execução de ações que visam a promoção turística do Concelho de Odemira a nível interno. A articulação e cooperação com organismos oficiais com intervenção direta na área do turismo e, com as organizações representativas dos agentes económicos do setor, constituíram-se como oportunidades para a divulgação territorial a nível nacional e internacional bem como a realização de ações de formação de ativos do setor, contribuindo assim para a melhoria da oferta.

Com o objetivo de alargar o conhecimento das potencialidades turísticas do território, foi garantida a presença em certames, feiras e eventos junto dos públicos-alvo. Odemira esteve presente na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, através da Entidade Regional de Turismo do Alentejo (ERT Alentejo e Lezíria), onde divulgámos aos visitantes a oferta turística do Concelho e da Região.

Neste âmbito, destaca-se o continuado sucesso da Rota Vicentina, que em 2017 iniciou a sua expansão de Rotas para o interior do concelho (que prosseguiu em 2019), projeto apoiado pelo Alentejo 2020 e cofinanciado pelo município de Odemira, bem como a Feitur - Feira Nacional de Turismo em Vila Nova de Milfontes, que merecem especial destaque como iniciativas de grande impacto promocional e de negócio.

Ainda em 2019, O Município de Odemira participou ativamente em diversos fóruns realizados pela ERT do Alentejo e Lezíria com o objetivo de contribuir para a elaboração da Estratégia Nacional e Regional de Turismo – Portugal 2027 e do Plano Regional de Turismo do Alentejo 2027.

No **Desporto e Tempos Livres** deu-se continuidade às linhas de orientação nesta área, consolidando-se as dinâmicas existentes. Durante este ano todas as iniciativas propostas no Plano de Atividades foram concretizadas.

Destaque para mais um ano do Projeto Municipal de Desporto Escolar que abrange a quase totalidade das escolas dos 2º e 3º ciclos e que registou uma participação de alunos muito significativa, tendo decorrido a realização de diversos encontros de atividades ao longo do ano.

Neste âmbito, continuaram a marcar pela diferença nesta área três dos principais eventos: “As Brisas do Atlântico”, o “Circuito Vila de Odemira integrando a Corrida da Saúde” e o “Cross dos Cavaleiros” eventos que continuam a ser uma referência a nível regional e mesmo nacional.

Em 2019, prosseguiram os Programas “Viver Ativo” e “Caminhadas”, com o propósito de melhorar e aumentar as condições de acesso da população à prática da atividade física e à promoção de uma vida saudável, melhoria da saúde individual e qualidade de vida.

Em 2019, concederam-se importantes apoios e foram estabelecidas parcerias com as coletividades com escalões de formação nas modalidades de Canoagem, Andebol e Futebol, proporcionando a aquisição de viaturas (2016, 2017 e 2019) e material desportivo e renovação das infraestruturas de prática desportiva, tendo prosseguido a intervenção regular ao nível da gestão e conservação dos equipamentos Desportivos Municipais, bem como a colaboração na realização de atividades organizadas por outras entidades.

No ano de 2019 foram atribuídos aos clubes e coletividades que promovem atividades desportivas as participações financeiras, quer para apoio à manutenção e criação de modalidades desportivas e organização de eventos desportivos, quer para a realização de obras de construção, melhoramentos e beneficiações em sedes sociais e instalações desportivas e aquisição de equipamentos diversos.

Para além dos apoios financeiros, deve ser salientado o grande apoio prestado a nível da cedência de transportes, de apoio técnico e de atribuição de troféus para iniciativas desportivas.

Parcerias e Participações

Em 2019, tal como desde 2001, foram estabelecidos Acordos de Colaboração na Execução de Atribuições e Competências Municipais e Acordos de Colaboração para a realização de pequenos investimentos, com todas as Juntas de Freguesia do Concelho, que por determinação da Lei 73/2013 assumem a forma de Contratos Interadministrativos entre o Município de Odemira e as Juntas de Freguesia, tendo sido estabelecidos com todas as Freguesias locais. Ainda neste âmbito, em 2019 teve início a negociação da transferência de competências com base no novo regime legal de descentralização, sendo previsível a conclusão deste processo com as 13 freguesias do concelho no terceiro trimestre do corrente ano.

No que respeita às parcerias com entidades diversas, foi continuado o trabalho iniciado em anos anteriores com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, com Associações de Desenvolvimento Local, com as Escolas, com Associações Desportivas, Recreativas ou de Lazer, com entidades institucionais públicas da Saúde, da Assistência Social, da Formação, da Educação/Ensino em matérias da sua competência e de manifesto interesse público.

Com a iniciativa do município e/ou liderança, continuámos a participar e trabalhar em parceria para a prossecução de projetos de dimensão municipal, regional e nacional, com diversas entidades, das quais de destacam; Sociedade Polis do Litoral Sudoeste, SA (em fase de liquidação até final de 2020), AGDA,SA - Águas “em Alta” da Região do Alentejo Litoral e Baixo Alentejo, Gestão dos Resíduos do Litoral Alentejano incluindo Aljustrel e Ferreira do Alentejo, EIM, Entidade Regional de Turismo do Alentejo, ERT e Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral - CIMAL.

Em 2019, o Município de Odemira acresceu a realização da sua participação no capital social na Sociedade Polis SW, SA, totalizando o valor de 3.499.163,00 Euros no final do ano.

Considerações Finais

Face à clareza dos números e indicadores analíticos, níveis e clareza das execuções do PAM e PPI, esta parte do relatório incidu na análise política própria e não a uma análise técnica de índole económica e financeira relativa às realizações função a função, programa a programa, ação a ação, pois tal representaria uma duplicação de análise em face da forma que o POCAL introduziu na apresentação das contas.

Neste contexto, pela nossa apreciação, o ano de 2019 recebe um balanço muito positivo, muito em especial, pelas obras e ações de planeamento e estímulo à economia em curso, pelos eventos realizados e pela execução das candidaturas apresentadas aos Fundos Comunitários e financiamentos aprovados com base na estratégia de desenvolvimento Intermunicipal e nas Estratégias Temáticas, apresentadas ao Portugal 2020, aos quais estão associadas importantes investimentos ao nível do Parque Escolar, da Regeneração Urbana, da Eficiência Energética e Hídrica, de novas respostas Sociais e Culturais, nas infraestruturas de Abastecimento de Água e Saneamento, e das estruturas de apoio à atividade empresarial e à promoção do Empreendedorismo.

Os investimentos em obras concluídas e lançadas, as múltiplas ações de diversos âmbitos realizadas ao longo do ano, o acréscimo de qualidade e eficiência nos vários serviços prestados, e o notório acréscimo nos níveis de qualidade de vida local, manifestados entre outros indicadores pela evidência dos dados do INE sobre o Poder de Compra no concelho de Odemira que duplicou nas últimas duas décadas e os dados do desemprego que em 31 de Dezembro último, atingiram um dos valores mais baixo de sempre com 6,8%, ou seja, abaixo da média nacional, permitem-nos concluir que o caminho trilhado estimula e contribui para o desenvolvimento local e acréscimo de qualidade de vida dos Odemirenses, praticando uma gestão equilibrada.

Em 2019 Procedemos a um vasto e diversificado conjunto de ações no concelho de Odemira, com uma relevante qualidade e vivência Municipal, sendo alguns acontecimentos de dimensão regional e nacional, que pretendemos dar continuidade em 2019.

Agradecemos humildemente a todos os Autarcas, Funcionários, Colaboradores, Voluntários e membros de Associações, Governo e Instituições da Administração Central, bem como a Fornecedores e Empreiteiros, que direta e indiretamente contribuíram para as atividades do Município de Odemira no ano de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal

José Alberto Guerreiro

4 – Execução Orçamental

Evolução Receita/Despesa	2016	2017	2018	2019	Δ (2019 / 2018)	Δ (2019 / média 2016 a 2018)
Receita Total	28.940.826,92 €	27.896.828,42 €	28.492.884,41 €	31.490.389,54 €	10,5%	10,7%
Receita Corrente	24.670.983,09 €	25.513.635,11 €	25.947.361,76 €	28.110.386,08 €	8,3%	10,8%
Receita de Capital	4.268.445,34 €	2.383.002,29 €	2.532.940,70 €	3.366.184,20 €	32,9%	10,0%
Outras Receitas	1.398,49 €	191,02 €	12.581,95 €	13.819,26 €	9,8%	192,5%
Despesa Total	27.939.710,41 €	27.492.142,04 €	29.038.882,42 €	29.783.577,55 €	2,6%	5,8%
Despesa Corrente	20.328.995,68 €	21.206.551,43 €	22.435.425,23 €	22.492.352,77 €	0,3%	5,5%
Despesa de Capital	7.610.714,73 €	6.285.590,61 €	6.603.457,19 €	7.291.224,78 €	10,4%	6,7%

A análise do quadro acima permite-nos verificar, em 2019, um aumento (10,5%) dos níveis de execução orçamental da receita relativamente ao ano transato. A comparação com a média dos 3 anos imediatamente anteriores (2018, 2017 e 2016) permite-nos aferir um incremento (na ordem dos 10,7%), verificando-se um acréscimo de arrecadação de receita corrente ao longo do quadriénio. O ano de 2019 apresenta, inclusivamente, a maior execução orçamental de receita corrente dos anos elencados.

Ao nível da despesa pode constatar-se, igualmente, um aumento de execução (2,6%) relativamente a 2018. A comparação relativamente aos 3 anos anteriores permite-nos aferir um incremento na ordem dos 5,8%. O ano de 2019 apresenta a maior execução orçamental de despesa corrente dos anos elencados.

Em termos totais, as receitas arrecadadas em 2019 foram superiores em cerca de 1.707.000€ às despesas pagas, registando-se um saldo de capital negativo na ordem dos 3.925.000€ e um saldo corrente positivo na ordem dos 5.618.000€.

4.1 – Modificações ao Orçamento Inicial

Ao longo do ano o orçamento foi objeto de 12 modificações. A receita sofreu 2 revisões e 1 alteração, sendo a despesa alvo de 3 revisões e 9 alterações. O Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal foram objeto de 9 alterações e 3 revisões, cada.

4.2 – Resumo da Execução Orçamental

O quadro seguinte apresenta um resumo da execução orçamental por capítulo da receita e da despesa em 2019 e no ano transato, bem como, o peso estrutural da execução de cada um dos capítulos. Apresenta, ainda, as dotações inicialmente previstas e as dotações finais (corrigidas) no ano de 2019.

Receitas	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Execução em 2019	Estrutura da Execução Total	Execução em 2018	Estrutura da Execução Total
Receitas Totais	33.130.000,00 €	36.401.705,94 €	31.490.389,54 €	100,0%	28.492.884,41 €	100,0%
Receitas Correntes	26.785.000,00 €	26.784.000,00 €	28.110.386,08 €	89,3%	25.947.361,76 €	91,1%
01 Impostos Diretos	5.383.000,00 €	5.383.000,00 €	6.802.980,36 €	21,6%	5.870.932,98 €	20,6%
02 Impostos Indiretos	79.000,00 €	79.000,00 €	111.824,19 €	0,4%	123.267,86 €	0,4%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	436.000,00 €	436.000,00 €	591.045,56 €	1,9%	514.540,62 €	1,8%
05 Rendimentos de Propriedade	1.738.000,00 €	1.738.000,00 €	1.289.548,60 €	4,1%	1.292.927,25 €	4,5%
06 Transferências Correntes	15.321.000,00 €	15.321.000,00 €	15.005.813,02 €	47,7%	14.026.847,24 €	49,2%
07 Venda de bens e serviços correntes	3.811.000,00 €	3.811.000,00 €	4.297.896,91 €	13,6%	4.090.893,57 €	14,4%
08 Outras Receitas Correntes	17.000,00 €	16.000,00 €	11.277,44 €	0,0%	27.952,24 €	0,10%
Receitas de Capital	6.345.000,00 €	6.638.000,00 €	3.366.184,20 €	10,7%	2.532.940,70 €	8,9%
09 Venda de Bens de Investimento	12.000,00 €	12.000,00 €	499,65 €	0,0%	33.161,40 €	0,0%
10 Transferências de Capital	6.332.000,00 €	6.625.000,00 €	3.355.073,46 €	10,7%	2.497.036,26 €	8,8%
12 Passivos Financeiros				0,0%		0,0%
13 Outras Receitas de Capital	1.000,00 €	1.000,00 €	10.611,09 €	0,03%	2.743,04 €	0,01%
Outras receitas	- €	2.979.705,94 €	13.819,26 €	0,04%	12.581,95 €	0,044%
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos		1.000,00 €	13.819,26 €	0,04%	12.581,95 €	0,044%
16 Saldo da Gerência Anterior		2.978.705,94 €				
Despesas	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Execução em 2019	Estrutura da Execução Total	Execução em 2018	Estrutura da Execução Total
Despesas Totais	33.130.000,00 €	36.401.705,94 €	29.783.577,55 €	100,0%	29.038.882,42 €	100,0%
Despesas Correntes	23.665.000,00 €	25.662.205,94 €	22.492.352,77 €	75,5%	22.435.425,23 €	77,3%
01 Despesas com Pessoal	9.123.000,00 €	9.335.000,00 €	9.084.596,12 €	30,5%	8.817.939,90 €	30,4%
02 Aquisição de Bens e Serviços	10.363.000,00 €	11.617.850,00 €	9.130.490,49 €	30,7%	9.490.588,76 €	32,7%
03 Juros e Outros Encargos	23.000,00 €	23.000,00 €	20.252,08 €	0,1%	20.158,33 €	0,1%
04 Transferências Correntes	3.706.000,00 €	4.088.350,00 €	3.784.578,11 €	12,7%	3.806.433,72 €	13,1%
05 Subsídios				0,0%		0,0%
06 Outras Despesas Correntes	450.000,00 €	598.005,94 €	472.435,97 €	1,6%	300.304,52 €	1,0%
Despesas de Capital	9.465.000,00 €	10.739.500,00 €	7.291.224,78 €	24,5%	6.603.457,19 €	22,7%
07 Aquisição de Bens de Capital	7.330.000,00 €	7.233.500,00 €	3.991.304,05 €	13,4%	3.769.413,76 €	13,0%
08 Transferências de Capital	1.222.000,00 €	2.533.000,00 €	2.330.654,31 €	7,8%	1.555.980,91 €	5,4%
09 Ativos Financeiros	97.000,00 €	97.000,00 €	96.067,50 €	0,3%	144.101,25 €	0,5%
10 Passivos Financeiros	816.000,00 €	876.000,00 €	873.198,92 €	2,9%	1.133.961,27 €	3,9%

4.3 – Execução da Receita

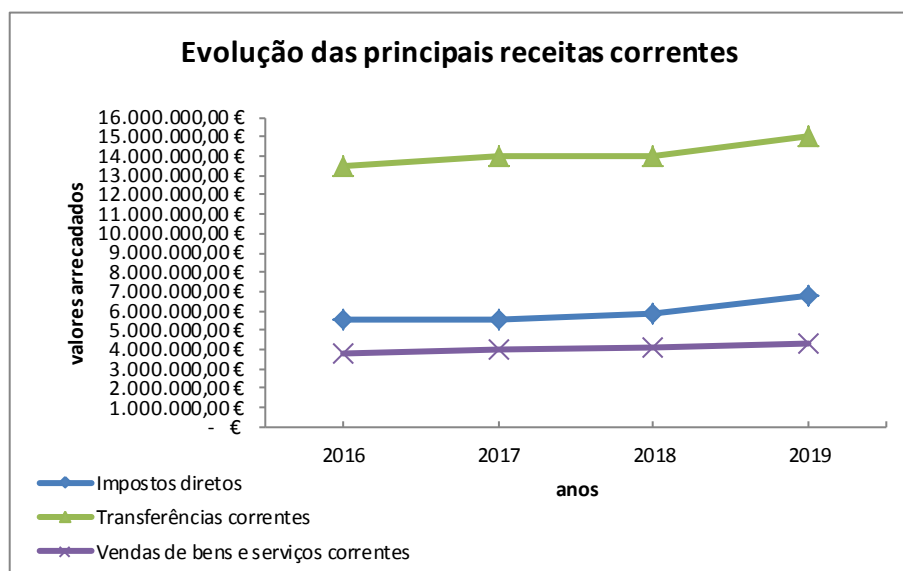
Receitas Correntes	2016	2017	2018	2019	Δ (2019 / 2018)	Δ (2019 / média 2016 a 2018)
Impostos diretos	5.528.375,51 €	5.592.306,84 €	5.870.932,98 €	6.802.980,36 €	15,9%	20,1%
Impostos indiretos	82.161,59 €	67.368,47 €	123.267,86 €	111.824,19 €	-9,3%	23,0%
Taxas, multas e outras penalidades	357.116,79 €	499.659,13 €	514.540,62 €	591.045,56 €	14,9%	29,3%
Rendimentos de propriedade	1.266.035,65 €	1.404.984,90 €	1.292.927,25 €	1.289.548,60 €	-0,3%	-2,4%
Transferências correntes	13.534.066,71 €	13.996.098,20 €	14.026.847,24 €	15.005.813,02 €	7,0%	8,3%
Vendas de bens e serviços correntes	3.772.472,39 €	3.950.411,50 €	4.090.893,57 €	4.297.896,91 €	5,1%	9,1%
Outras receitas correntes	130.754,45 €	2.806,07 €	27.952,24 €	11.277,44 €	-59,7%	-79,1%
Total	24.670.983,09 €	25.513.635,11 €	25.947.361,76 €	28.110.386,08 €	8,3%	10,8%

A receita corrente arrecadada em 2019 apresenta um acréscimo relativamente ao ano anterior (8,3%), registando uma execução acima da média dos 3 anos anteriores (10,8%).

Tal só foi possível devido ao aumento da arrecadação das principais receitas correntes ao longo do quadriénio:

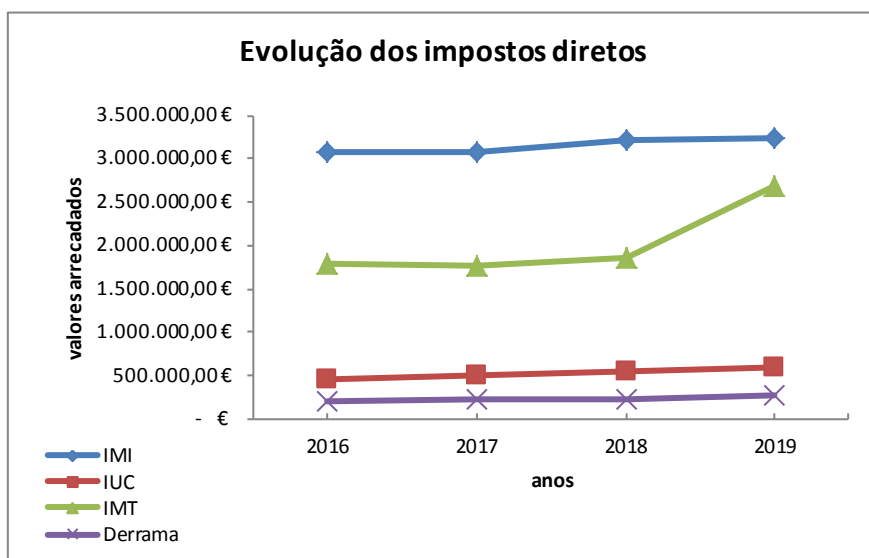
- Transferências correntes, assente no incremento do fundo de equilíbrio financeiro (FEF) corrente;
- Impostos diretos;
- Venda de bens e serviços correntes.

O gráfico abaixo permite-nos verificar o comportamento registado.

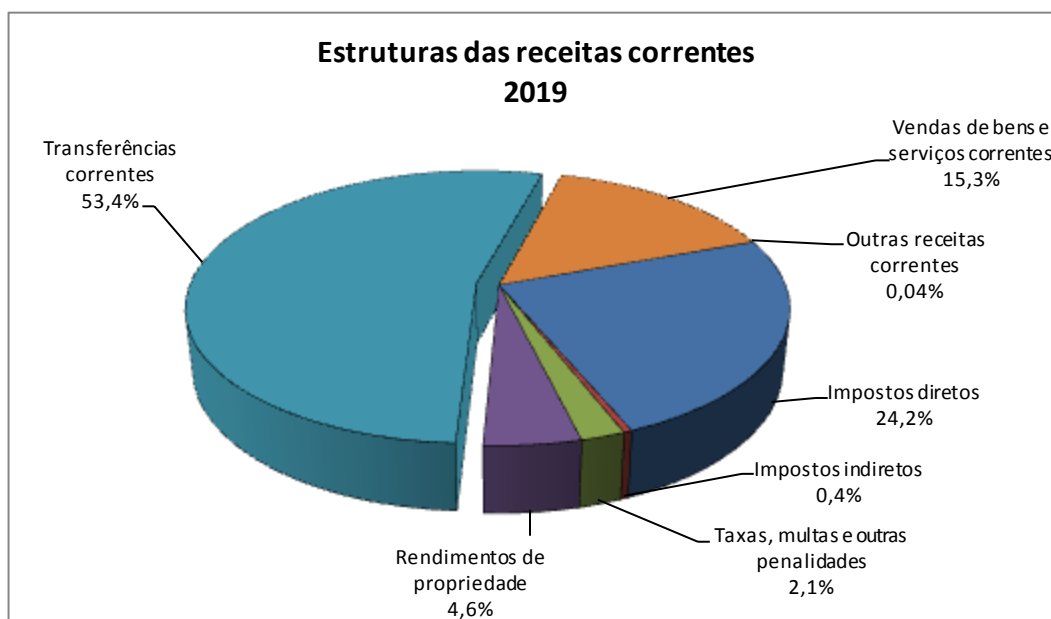


As receitas próprias correntes registaram uma cobrança superior à média do triénio anterior (13,7%), apresentando um acréscimo na ordem dos 1.184.000€ relativamente ao ano transato.

O gráfico seguinte permite-nos observar a evolução dos impostos diretos ao longo do quadriénio. Conforme se pode verificar, apesar das isenções constantes dos Orçamentos do Estado dos anos em análise, o IMI recuperou a tendência de crescimento exibida após a reavaliação geral dos prédios urbanos promovida pelo Estado, apresentando arrecadações anuais superiores a 3.000.000€. Pode também constatar-se, entre 2016 e 2018, uma arrecadação de IMT na ordem dos 1.800.000€ anuais, atingindo, em 2019, 2.690.000€.



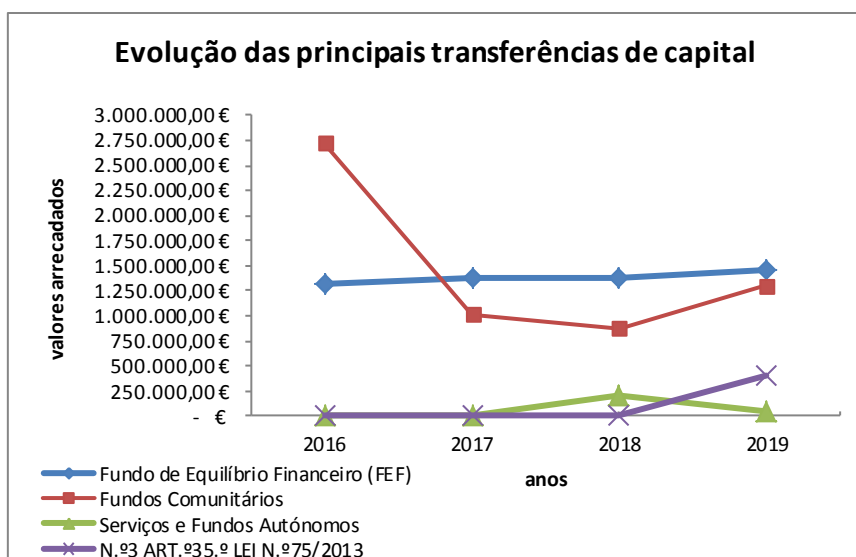
Não obstante a melhoria registada na arrecadação de receita própria, o gráfico seguinte dá-nos a noção da dependência que o Município continua a ter relativamente ao Orçamento do Estado no que se refere ao financiamento da sua gestão corrente, com as transferências a representarem 53,4% do valor arrecadado.



Receitas de Capital	2016	2017	2018	2019	Δ (2019 / 2018)	Δ (2019 / média 2016 a 2018)
Vendas de bens de investimento	14.175,44 €	- €	33.161,40 €	499,65 €	-98,5%	-96,8%
Transferências de Capital	4.085.391,07 €	2.379.965,26 €	2.497.036,26 €	3.355.073,46 €	34,4%	12,3%
Outras receitas de capital	168.878,83 €	3.037,03 €	2.743,04 €	10.611,09 €	286,8%	-81,8%
Total	4.268.445,34 €	2.383.002,29 €	2.532.940,70 €	3.366.184,20 €	32,9%	10,0%

A receita de capital arrecadada em 2019 registou um acréscimo (32,9%) quando comparada com o ano transato, assente no aumento de arrecadação das transferências.

Conforme se pode inferir do gráfico seguinte, tal deveu-se não só a uma maior arrecadação de transferências de capital provenientes de Fundos Comunitários, como também ao aumento de arrecadação das verbas de capital provenientes do Orçamento do Estado (FEF e n.º3 do art.º 35.º da Lei n.º75/2013).

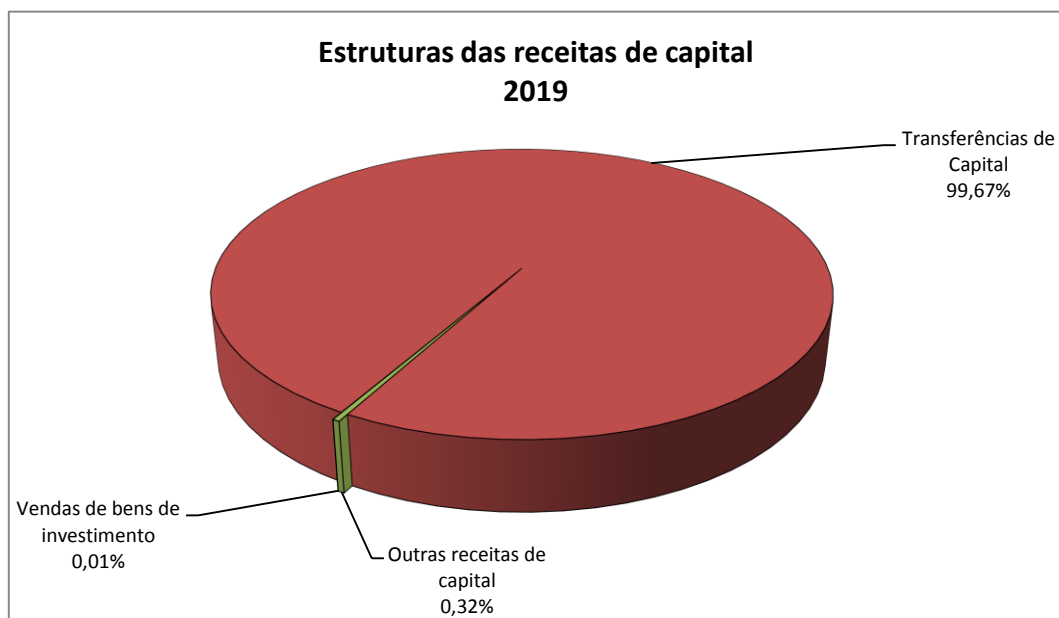


Relativamente ao triénio anterior, constata-se um aumento na ordem dos 10% na receita de capital arrecadada.

Apesar de não relevadas nas contas, conforme orientações da DGAL no sentido do reconhecimento dos montantes a receber apenas aquando da autorização dos pedidos de pagamento efetuados aos organismos gestores, no final de 2019 encontravam-se por receber verbas, de obra já executada, na ordem dos 1.550.000€. Essas verbas são relativas a candidaturas a fundos comunitários descritos no quadro seguinte:

ENTIDADE	PROTOCOLO/ACORDO/CANDIDATURA	MONTANTE A RECEBER
INALENTEJO	REDE VIÁRIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA - 3ª FASE	1.086.445,72 €
ALENTEJO2020	ITI - Centro Escolar de S. Teotónio	235.042,96 €
ALENTEJO2020	ITI - ODETE - Odemira Território Educativo	105.276,04 €
ALENTEJO2020	PEDU - Dotação de passeios e vias pedonais dedicadas na Vila de Odemira	9.388,28 €
ALENTEJO2020	PEDU - Dotação de passeios e vias pedonais dedicadas em S. Teotónio	9.216,71 €
ALENTEJO2020	PEDU - Dotação de passeios e vias pedonais dedicadas em Longueira/Almograve	6.752,63 €
ALENTEJO2020	PEDU - Ciclovia entre os Alagoachos e Galeado	6.724,41 €
ALENTEJO2020	PEDU - Requalificação da Zona Ribeirinha de Odemira	4.493,17 €
ALENTEJO2020	PEDU - Requalificação do Núcleo Antigo de Colos	6.040,25 €
ALENTEJO2020	Espaço Moagem - Incubadora de Empresas não tecnológicas de Sabóia	26.137,50 €
POSEUR	Ampliação do sistema de abastecimento de água de Campo Redondo - Foros dos Vales	21.539,83 €
POSEUR	Ampliação do sistema de abastecimento de água de São Teotónio - Casa Nova da Cruz	23.460,63 €
POSEUR	Ampliação do sistema de drenagem de águas residuais do Castelão - Troviscais	5.583,20 €

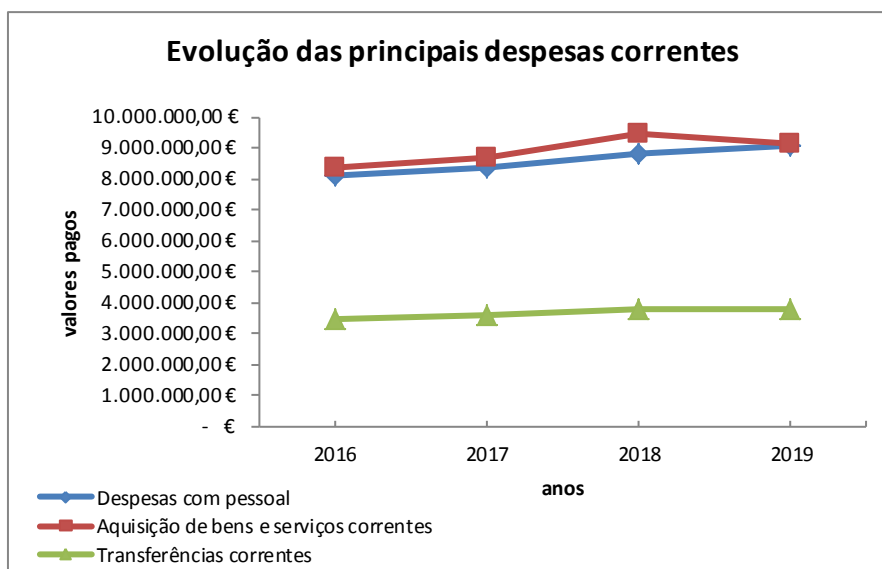
Em termos estruturais, o Município registou receitas próprias (de capital) bastante reduzidas dependendo de financiamentos comunitários e estatais, e, do recurso a receitas correntes, para a implementação das suas políticas de investimento, conforme se pode verificar no gráfico infra.



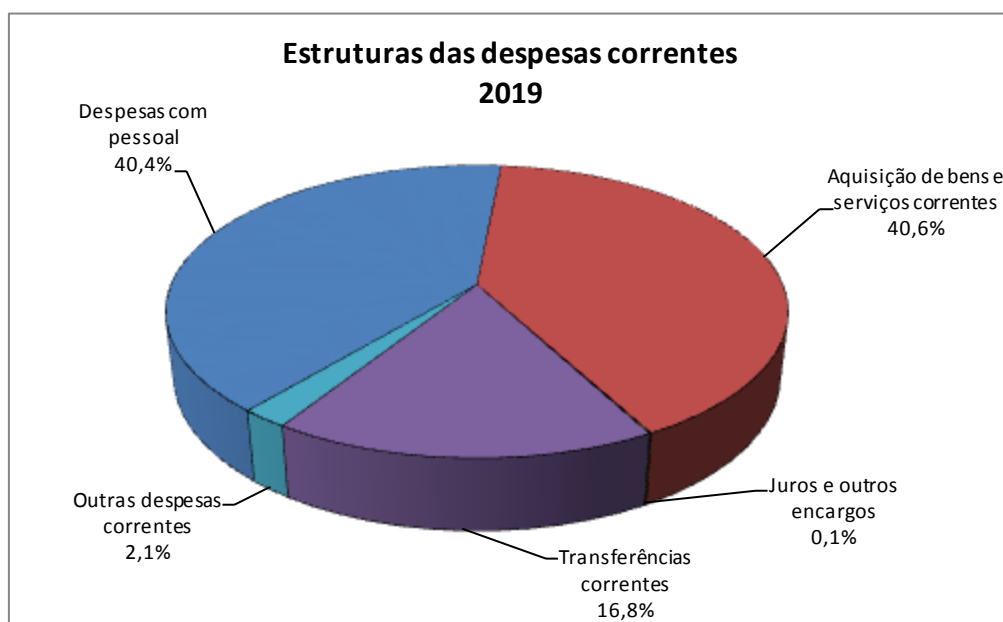
4.4 – Execução da Despesa

Despesas Correntes	2016	2017	2018	2019	Δ (2019 / 2018)	Δ (2019 / média 2016 a 2018)
Despesas com pessoal	8.120.292,94 €	8.393.876,21 €	8.817.939,90 €	9.084.596,12 €	3,0%	7,6%
Aquisição de bens e serviços correntes	8.374.105,78 €	8.714.093,46 €	9.490.588,76 €	9.130.490,49 €	-3,8%	3,1%
Juros e outros encargos	37.525,26 €	25.523,00 €	20.158,33 €	20.252,08 €	0,5%	-27,0%
Transferências correntes	3.489.272,36 €	3.613.889,76 €	3.806.433,72 €	3.784.578,11 €	-0,6%	4,1%
Outras despesas correntes	307.799,34 €	459.169,00 €	300.304,52 €	472.435,97 €	57,3%	32,8%
Total	20.328.995,68 €	21.206.551,43 €	22.435.425,23 €	22.492.352,77 €	0,3%	5,5%

A despesa corrente executada em 2019 registou um ligeiro acréscimo (0,3%) quando comparada com o ano anterior. Relativamente à comparação com a média do triénio anterior, regista-se um acréscimo na ordem dos 5,5%, com especial relevância para as despesas com pessoal e para a aquisição de bens e serviços correntes. O gráfico seguinte dá-nos a evolução das principais despesas correntes.



Em 2019, em termos estruturais, as despesas com pessoal representaram 40,4% da execução orçamental corrente, representando a aquisição de bens e serviços 40,6% dessa execução, e as transferências 16,8%, conforme se pode verificar no gráfico abaixo.



Uma análise mais pormenorizada às despesas com pessoal permite-nos constatar um acréscimo relativamente a 2018 e à média dos 3 anos anteriores, em função do descongelamento das carreiras ocorrido e respetivo impacto nos vários itens apresentados.

Despesas com Pessoal	2016	2017	2018	2019	Δ (2019 / 2018)	Δ (2019 / média 2016 a 2018)
Vencimentos base	5.491.350,31 €	5.652.955,25 €	5.918.686,04 €	6.007.753,64 €	1,5%	5,6%
Subsídio de refeição	404.899,69 €	456.051,67 €	480.458,20 €	497.420,37 €	3,5%	11,2%
Ajudas de custo, Horas extra. e Outros abonos	466.029,75 €	510.135,27 €	594.749,47 €	642.570,16 €	8,0%	22,7%
Segurança Social (incluindo CGA)	1.368.725,52 €	1.410.960,48 €	1.490.047,88 €	1.525.088,68 €	2,4%	7,2%
Despesas de Saúde	292.099,93 €	270.297,49 €	253.476,20 €	327.307,59 €	29,1%	20,4%
Outras	97.187,74 €	93.476,05 €	80.522,11 €	84.455,68 €	4,9%	-6,6%
Total	8.120.292,94 €	8.393.876,21 €	8.817.939,90 €	9.084.596,12 €	3,0%	7,6%

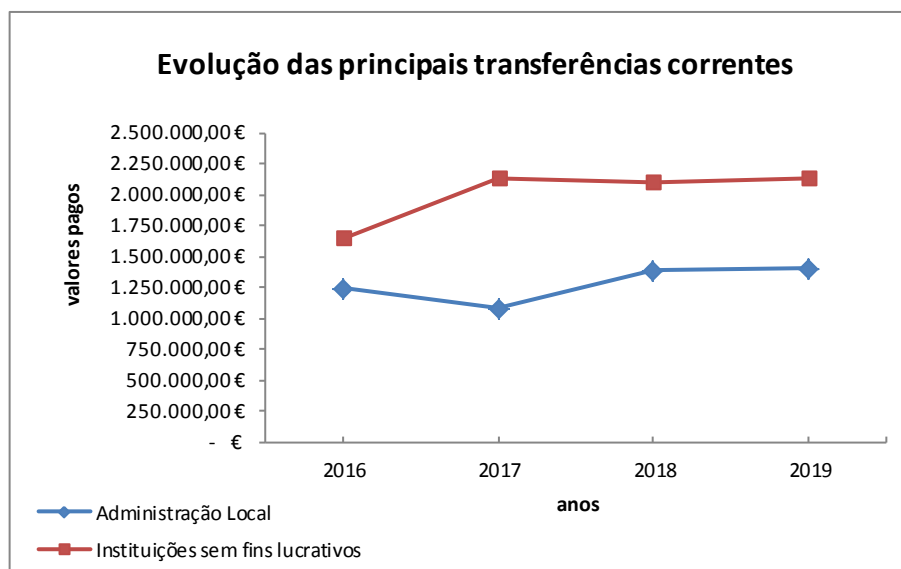
O quadro seguinte transmite-nos a evolução ocorrida ao nível das principais classificações económicas da aquisição de bens e serviços correntes.

Despesas com a Aquisição de Bens e Serviços Correntes	2016	2017	2018	2019	Δ (2019 / 2018)	Δ (2019 / média 2016 a 2018)
Água	1.170.129,41 €	950.770,64 €	1.407.835,42 €	1.257.555,58 €	-10,7%	6,9%
Matérias-primas	365.784,03 €	323.556,15 €	328.297,13 €	330.064,98 €	0,5%	-2,7%
Saneamento, recolha de RSU's e recicláveis	1.114.159,46 €	1.042.430,25 €	1.275.500,00 €	1.064.055,85 €	-16,6%	-7,0%
Combustíveis e lubrificantes	532.416,41 €	542.402,62 €	574.361,99 €	548.907,72 €	-4,4%	-0,1%
Encargos de instalações	1.289.492,50 €	1.315.132,21 €	1.192.506,40 €	1.170.599,55 €	-1,8%	-7,5%
Conservação de bens	409.634,81 €	592.488,79 €	743.888,41 €	521.763,05 €	-29,9%	-10,4%
Transportes	512.081,04 €	520.933,19 €	539.047,24 €	563.486,05 €	4,5%	7,5%
Outros	2.980.408,12 €	3.426.379,61 €	3.429.152,17 €	3.674.057,71 €	7,1%	12,1%
Total	8.374.105,78 €	8.714.093,46 €	9.490.588,76 €	9.130.490,49 €	-3,8%	3,1%

Nota: em "Outros" incluem-se despesas com comunicações, seguros, refeições escolares, estudos e consultadoria, publicidade, espetáculos, encargos de cobrança de receitas, impressões, limpeza e higiene, e, peças.

Importa referir que as variações ocorridas na aquisição de água e no saneamento e recolha de RSU, se prende com o aumento do consumo ao longo do quadriénio, e pelo facto de, em 2018, terem sido pagas faturas relativas ao último quadrimestre de 2017.

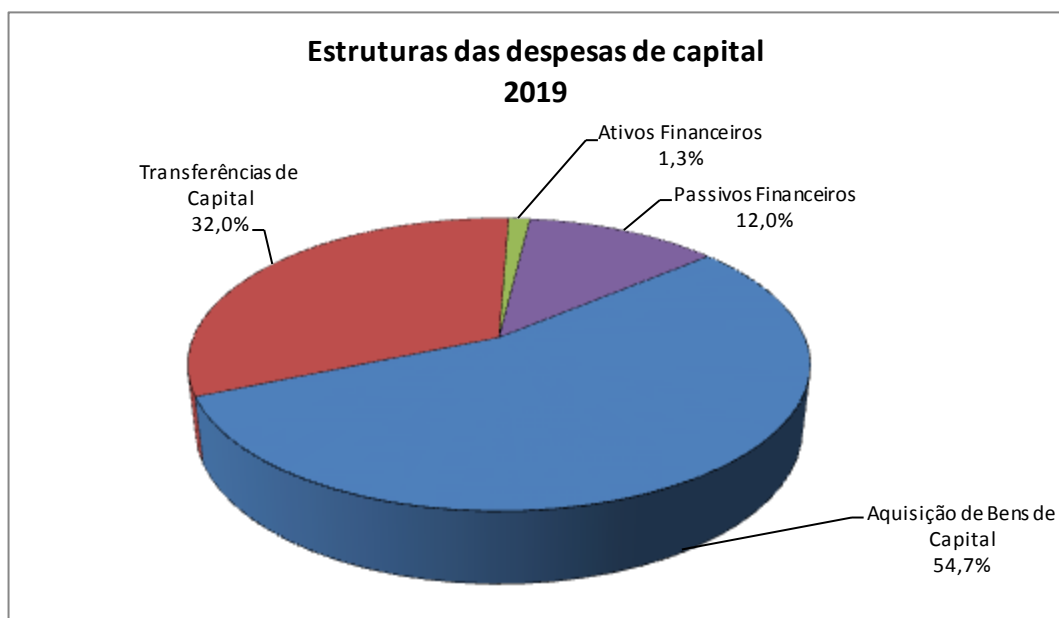
No que respeita às transferências correntes, destacam-se as verbas destinadas ao cumprimento dos contratos de execução, protocolos e acordos de colaboração estabelecidos com as freguesias, e, as destinadas a instituições sem fins lucrativos. O gráfico seguinte permite-nos aferir da evolução destes dois grupos de transferências.



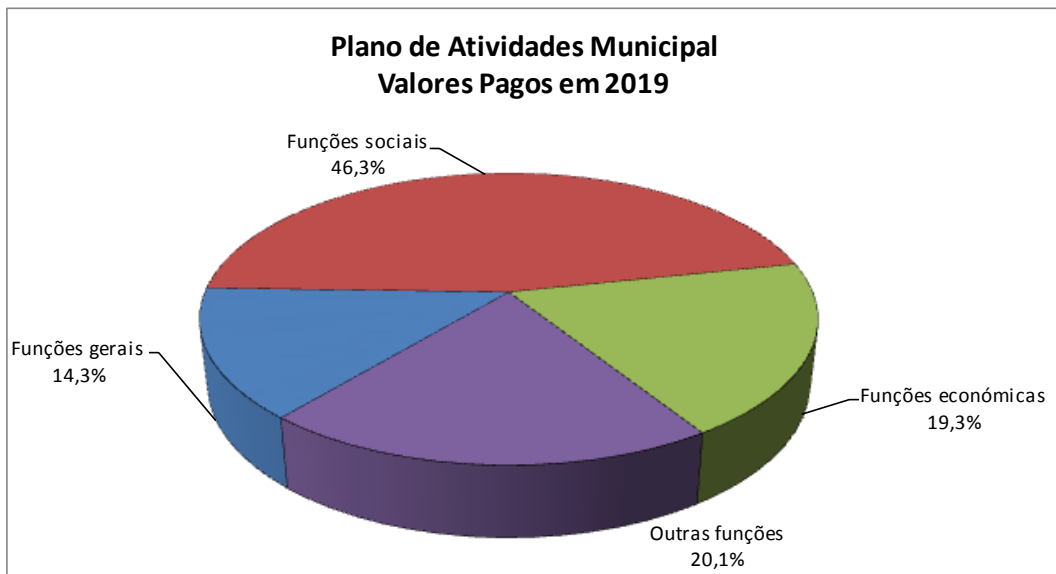
Despesas Capital	2016	2017	2018	2019	Δ (2019 / 2018)	Δ (2019 / média 2016 a 2018)
Aquisição de Bens de Capital	4.672.126,28 €	3.593.489,43 €	3.769.413,76 €	3.991.304,05 €	5,9%	-0,5%
Transferências de Capital	1.560.930,17 €	1.307.310,66 €	1.555.980,91 €	2.330.654,31 €	49,8%	58,0%
Ativos Financeiros	192.135,00 €	192.135,00 €	144.101,25 €	96.067,50 €	-33,3%	-45,5%
Passivos Financeiros	1.185.523,28 €	1.192.655,52 €	1.133.961,27 €	873.198,92 €	-23,0%	-25,4%
Total	7.610.714,73 €	6.285.590,61 €	6.603.457,19 €	7.291.224,78 €	10,4%	6,7%

Conforme se pode verificar, a despesa de capital executada em 2019 registou um acréscimo (10,4%) quando comparada com o ano anterior, assente numa maior aquisição de bens de capital e, sobretudo, num aumento das transferências onde se destacam os apoios à beneficiação / ampliação de equipamentos sociais e parte da prestação por subscrever da PÓLIS. Relativamente à comparação com a média do triénio anterior regista-se um acréscimo na ordem dos 6,7%.

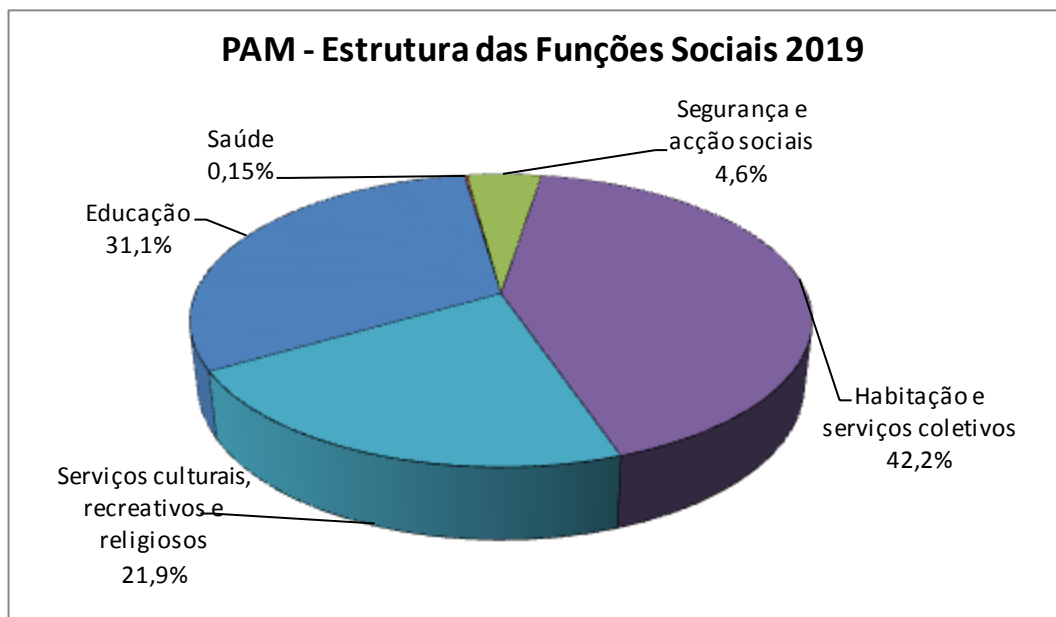
Em termos estruturais a aquisição de bens de capital (refletida no PPI) representou, em 2019, 54,7% da despesa de capital executada, tendo as transferências de capital representado 32,0%, os passivos financeiros 12,0% e os ativos financeiros (FAM) 1,3%, conforme se pode constatar no gráfico abaixo.



4.5 – Execução do Plano de Atividades Municipal



O gráfico supra permite-nos aferir da afetação de verbas às atividades municipais mais relevantes consubstanciadas em projetos do Plano de Atividades Municipal (PAM). São de destacar os projetos afetos a funções sociais (sobretudo nas áreas da educação e da habitação e serviços coletivos) que representaram, em 2019, 46,3% dos valores executados.



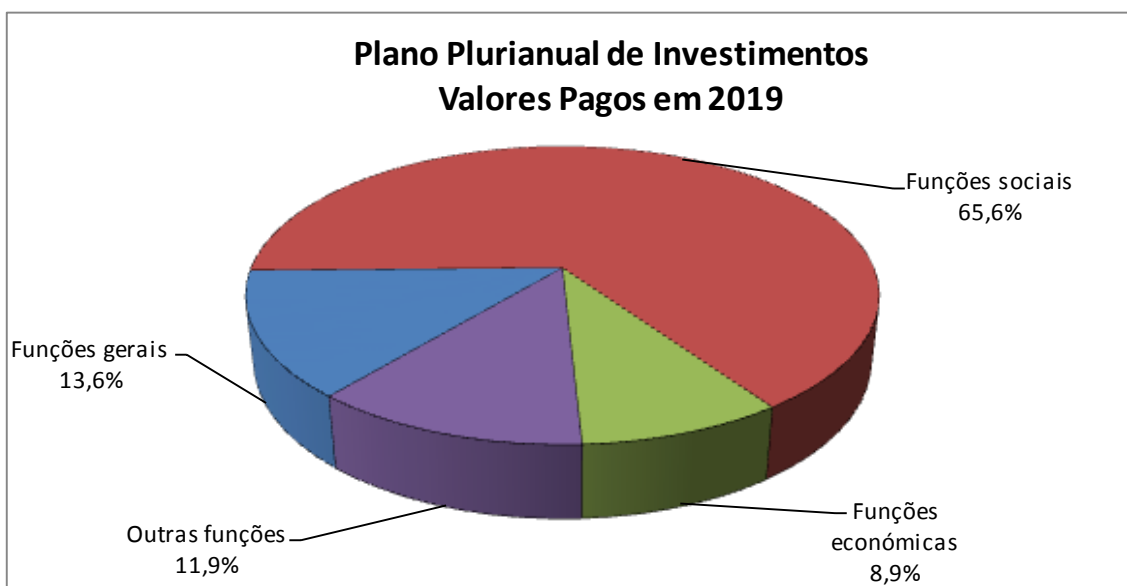
Ao nível da educação é de realçar a execução dos projetos “Odemira Território Educativo” e “Promoção do Sucesso Escolar” (cerca de 2.036.000€, no seu conjunto) e, ao nível dos serviços coletivos, a execução dos projetos ligados à gestão de infraestruturas de águas de abastecimento e de saneamento, à gestão de resíduos e à proteção do meio ambiente e conservação da natureza que, no seu conjunto, implicaram uma despesa de cerca de 2.836.000€.

4.6 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos

O quadro seguinte ilustra a forma como o Município executou o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) no decurso do quadriénio passado.

Plano Plurianual de Investimentos	2016	2017	2018	2019	Δ (2019 / 2018)	Δ (2019 / média 2016 a 2018)
Funções gerais	451.953,87 €	737.656,39 €	466.450,68 €	556.378,98 €	19,3%	0,8%
Funções sociais	2.988.751,44 €	1.539.262,19 €	1.860.326,47 €	2.681.437,52 €	44,1%	25,9%
Funções económicas	901.952,14 €	1.021.060,40 €	1.103.025,46 €	361.767,16 €	-67,2%	-64,1%
Outras funções	521.603,83 €	487.645,45 €	483.712,40 €	487.787,89 €	0,8%	-2,0%
Total	4.864.261,28 €	3.785.624,43 €	3.913.515,01 €	4.087.371,55 €	4,4%	-2,4%

Tal como no PAM, o gráfico abaixo permite-nos verificar, em 2019, uma maior preponderância das funções sociais na estrutura do investimento realizado, dando-nos conta das intenções do executivo municipal quanto à afetação dos recursos à sua disposição.



Em 2019 é de realçar, ao nível das funções sociais, o investimento realizado nas subfunções educação (cerca de 1.213.000€), habitação e serviços coletivos (cerca de 1.000.000€, com destaque para a execução de obras ao nível do ordenamento do território, do saneamento, do abastecimento de água e da proteção do meio ambiente e conservação da natureza), e, serviços culturais, recreativos e religiosos (cerca de 466.000€, com destaque para investimentos na área do desporto, recreio e lazer). Destaque, ainda, ao nível das funções económicas, para o investimento realizado na subfunção transportes rodoviários.

4.7 – Cumprimento de regras orçamentais

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), impõe que a receita corrente bruta cobrada deva ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longos prazos. Note-se que, na sua versão atual, aquela Lei permite que, aquando da integração do saldo da gerência anterior, o mesmo possa ser considerado (para efeitos do cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental) como receita corrente na proporção da despesa corrente que visa financiar, garantido assim a sua neutralidade.

2019	Previsão inicial	Previsão final	Execução
Receitas Correntes (RC)	26.785.000,00 €	26.784.000,00 €	28.110.386,08 €
Saldo da Gerência Anterior na proporção utilizada para financiar despesa corrente (SGAdc)	0,00 €	1.997.205,94 €	1.997.205,94 €
Despesas Correntes (DC)	23.665.000,00 €	25.662.205,94 €	22.492.352,77 €
amortizações médias de empréstimos mlp (AME)	809.799,32 €	809.799,32 €	809.799,32 €
(RC+SGAdc) - (DC+AME)	2.310.200,68 €	2.309.200,68 €	6.805.439,93 €

Saldo da Gerência Anterior (SGA)	2.978.705,94 €
Saldo da Gerência Anterior na proporção utilizada para financiar despesa corrente (SGAdc)	1.997.205,94 €
Saldo da Gerência Anterior na proporção utilizada para financiar despesa de capital (SGAdk)	981.500,00 €

Conforme se infere da leitura dos quadros acima, o Município arrecadou em 2019 receitas correntes superiores, numa margem bastante confortável, às despesas correntes executadas acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longos prazos (cujo cálculo a seguir se apresenta).

Dívida de médio e longo prazo (mlp)

empréstimo N.º	ano de contratação	prazo do contrato (anos)	valor em dívida à entrada em vigor da Lei nº73/2013	amortizações médias mlp *
CGD - 9015/005596/991	2002	20	2.147.006,80 €	238.556,31 €
BPI - 281126983004	2003	20	277.857,54 €	27.785,75 €
CCAM - 56032954011	2003	20	1.064.427,82 €	106.442,78 €
CGD - 0546/9015/004050/391	2004	20	1.090.810,76 €	99.164,61 €
BPI - 281126983005	2005	20	1.257.745,43 €	104.812,12 €
BES - 220678881	2006	20	1.971.727,36 €	151.671,34 €
BPI - 281126983006	2009	20	1.301.862,54 €	81.366,41 €
Total			9.111.438,25 €	809.799,32 €

*cálculo efetuado de acordo com o art.º40.º n.º4 conjugado com o art.º83.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º73/2013)

Tendo em conta o estabelecido no art.º 56.º do RFALEI, cumpre informar que o Município registou em 2019 uma taxa de execução da receita prevista no Orçamento superior, com grande margem, a 85%, conforme se observa no quadro seguinte.

Execução orçamental da receita 2019	Previsão inicial	Previsão final	Execução	%
receita líquida - sem saldo	33.130.000,00 €	33.423.000,00 €	31.340.489,26 €	93,8%
receita líquida - com saldo		36.401.705,94 €	34.319.195,20 €	94,3%

5 – Evolução da situação patrimonial, financeira e económica

5.1 – Balanço

Ativo Líquido	2018	2019	Δ (2019 / 2018)
Imobilizado	73.033.120,04 €	71.988.414,88 €	-1,4%
Bens de domínio público	27.616.736,61 €	25.823.321,43 €	-6,5%
Imobilizações Incorpóreas	23.062,50 €	74.739,58 €	224,1%
Imobilizações corpóreas	40.308.325,92 €	41.014.279,42 €	1,8%
Investimentos financeiros	5.084.995,01 €	5.076.074,45 €	-0,2%
Circulante	5.508.738,60 €	7.256.688,74 €	31,7%
Existências	709.647,89 €	654.699,55 €	-7,7%
Dívidas de terceiros cp	825.990,45 €	913.255,29 €	10,6%
Depósitos em instituições financeiras e Caixa	3.973.100,26 €	5.688.733,90 €	43,2%
Acréscimos e diferimentos	966.670,42 €	1.089.515,54 €	12,7%
Total do Ativo Líquido	79.508.529,06 €	80.334.619,16 €	1,0%

Passivo e Fundos Próprios	2018	2019	Δ (2019 / 2018)
Fundos próprios	48.367.673,59 €	50.653.537,74 €	4,7%
Empréstimos mlp a pagar a mlp	4.394.955,45 €	3.577.756,53 €	-18,6%
Fundo de Apoio Municipal a pagar a mlp	48.033,75 €	- €	-100,0%
Dívidas a terceiros cp	2.923.753,74 €	2.400.597,23 €	-17,9%
Empréstimos mlp a pagar a cp	874.000,00 €	818.000,00 €	-6,4%
Fornecedores c/c	118.236,62 €	101.538,65 €	-14,1%
Fornecedores de imobilizado c/c	121.170,16 €	126.406,20 €	4,3%
Fornecedores c/facturas em recep. e conferência	46.639,15 €	12.154,24 €	-73,9%
Estado e outros entes públicos	312.798,17 €	209.652,54 €	-33,0%
Outros credores	1.354.842,14 €	1.084.811,85 €	-19,9%
Fundo de Apoio Municipal a pagar a cp	96.067,50 €	48.033,75 €	-50,0%
Acréscimos e diferimentos	23.774.112,53 €	23.702.727,66 €	-0,3%
Total do Passivo e Fundos Próprios	79.508.529,06 €	80.334.619,16 €	1,0%

A análise ao Balanço no final de 2019 permite-nos constatar um acréscimo (1,0%; 826.000€) do Ativo Líquido relativamente ao ano transato.

O Imobilizado apresenta uma redução na ordem dos 1.045.000€ (1,4%) relativamente a 2018, explicada, sobretudo, pela diminuição dos Bens do Domínio Público, em virtude das amortizações do ano terem sido superiores a novas imobilizações.

O Ativo Circulante exhibe um acréscimo (31,7%; 1.748.000€) que decorre do aumento verificado ao nível dos depósitos em instituições financeiras e das dívidas de terceiros de curto prazo.

Os Fundos Próprios apresentam um acréscimo na ordem dos 2.286.000€ (4,7%), para o qual contribuiu principalmente o resultado líquido positivo obtido.

O Passivo apresenta uma redução na ordem dos 4,7% (cerca de 1.460.000€) relativamente a 2018, sendo de realçar a redução de 873.000€ ocorrida ao nível do endividamento de mlp.

Relativamente aos investimentos financeiros, nomeadamente no que respeita à participação na Sociedade Pólis, S.A., importa dar conta do seguinte:

- Conforme foi reportado nos Relatórios de Gestão dos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, a não aprovação por parte do QREN das candidaturas efetuadas pela Sociedade relativamente à construção de uma ECOVIA e de uma CICLOVIA no concelho de Odemira, bem como, a redução dos montantes a despendar com as obras de requalificação das praias do Malhão e Almogrove iriam, à partida, traduzir-se na redução da participação do Município de Odemira no capital social daquela sociedade de capitais públicos.
- Conforme consta do Relatório e Contas de 2016 da Sociedade, a Pólis entrou em processo de liquidação. A Sociedade estabeleceu um plano de liquidação aprovado por parte do órgão de gestão que previa que a liquidação se concretizasse, no prazo máximo de dois anos, até final de 2018. No entanto, em 2018 a Pólis deliberou prorrogar a data limite para o encerramento da Sociedade para 31/12/2019. Não obstante, a Sociedade Pólis continua a manter a sua atividade de acordo com orientações da Senhora Secretária de Estado do Ambiente, de forma a concluir as obras em curso, tendo o acionista Estado dado instruções à Comissão Liquidatária, já em 2020, no sentido de promover as diligências que permitam o registo do encerramento da liquidação da Sociedade com a maior brevidade possível.
- Conforme reportado no Relatório de Gestão de 2018, o Município recebeu informações da Pólis que apontavam para o facto de que a prestação que faltava subscrever pelo Município pudesse vir a ocorrer caso se mostrasse necessária para financiar obras a realizar pela Pólis na área do concelho durante o ano de 2019, tendo em conta o financiamento expectável dessas obras por Fundos Comunitários. As obras realizadas pela Sociedade durante o ano de 2019 levaram à subscrição, em 2 momentos, de parte da prestação por subscrever (508.000€), no montante total de 363.163€.
- Tendo em conta que o Município de Odemira detém 19,2% do capital subscrito na Sociedade (estando por realizar pelos acionistas 4.800.800€ - últimos dados disponíveis referentes a 31/12/2018 -) e que o Ativo é superior ao Passivo, aguarda-se o desenvolvimento do processo de liquidação para que o Município possa refletir nas suas contas a recuperação do Investimento realizado.

Como é do conhecimento geral, o Município de Odemira tem vindo a assumir competências do Estado em várias matérias, no âmbito dos diplomas de transferências de competências do Estado para as Autarquias Locais. As competências nas áreas da Saúde e da Educação, em particular, terão impactos quer ao nível de transferências de verbas por parte do Estado para os Municípios para que as mesmas possam ser exercidas, quer ao nível de Património que ficará sob gestão municipal, com o conseqüente impacto nas Contas Municipais. Importa referir que o Município aceitou no decurso de 2019 as competências na área da Saúde, mas que não as exercerá enquanto se mantiver em vigor o Acordo de Gestão entre o Estado e a ULSLA (Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.). Importa também referir que, até ao momento, o Município não aceitou competências na área da Educação, sendo essas as que terão, quando ocorrerem, o maior impacto nas Contas Municipais. Nesta conformidade não foram, durante o ano de 2019, recebidas quaisquer verbas relativas a estas matérias.

5.2 – Demonstração de Resultados

Conta	PROVEITOS	2018	2019	Estrutura em 2019	Δ (2019 / 2018)
71	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.043.327,39 €	4.259.994,86 €	13,3%	5,4%
72	IMPOSTOS E TAXAS	6.312.912,05 €	7.185.893,15 €	22,5%	13,8%
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	1.278.141,56 €	1.292.624,68 €	4,0%	1,1%
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS	15.612.592,65 €	16.862.243,63 €	52,8%	8,0%
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	18.810,77 €	- €	0,0%	-100,0%
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	19.930,38 €	24.838,06 €	0,1%	24,6%
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	2.311.984,37 €	2.339.621,41 €	7,3%	1,2%
	Total	29.597.699,17 €	31.965.215,79 €	100,0%	8,0%

Conta	CUSTOS	2018	2019	Estrutura em 2019	Δ (2019 / 2018)
61	CUSTO MERC. VENDIDAS E MATER. CONSUMIDAS	2.513.875,69 €	2.750.912,57 €	9,2%	9,4%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	6.591.578,95 €	6.640.631,76 €	22,3%	0,7%
63	TRANSFER. E SUBSÍDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	3.787.334,25 €	3.790.235,08 €	12,7%	0,1%
64	CUSTOS COMO PESSOAL	8.949.041,93 €	9.112.074,03 €	30,6%	1,8%
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	133.549,05 €	231.971,40 €	0,8%	73,7%
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	5.255.389,22 €	5.179.973,40 €	17,4%	-1,4%
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	3.308,56 €	5.531,18 €	0,0%	67,2%
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	49.376,92 €	44.363,24 €	0,1%	-10,2%
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	1.594.660,82 €	2.013.454,65 €	6,8%	26,3%
	Total	28.878.115,39 €	29.769.147,31 €	100,0%	3,1%

88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	719.583,78 €	2.196.068,48 €		
----	--------------------------------	--------------	----------------	--	--

Conforme se observa, os proveitos decorrentes do exercício de 2019 são superiores em 8,0% aos obtidos em 2018. Ao nível dos custos, constata-se um aumento na ordem dos 3,1% relativamente àquele ano.

Constata-se, igualmente, que os proveitos obtidos superaram os custos incorridos pelo que a demonstração de resultados por natureza, apresentada no quadro acima, permite-nos observar um resultado líquido positivo em cerca de 2.196.000€ no final de 2019.

O aumento registado ao nível das vendas e prestações de serviços, dos impostos e taxas, e, sobretudo, das transferências e subsídios correntes obtidos, foi muito superior ao aumento conjugado dos custos registados ao nível das mercadorias vendidas e matérias consumidas, dos custos com pessoal, dos fornecimentos e serviços externos, e, outros custos e perdas operacionais, pelo que o resultado operacional obtido foi bastante positivo (cerca de 1.889.000€). Os Resultados Extraordinários, apesar de inferiores a 2018, foram positivos na ordem dos 326.000€.

Em 2014, a Câmara Municipal de Odemira criou o Regulamento Municipal de Proteção Civil por indicação do Ministério da Administração Interna e da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), cujo regulamento tipo foi fornecido aos municípios tendo servido de base à criação do regulamento em Odemira, aplicado a partir de 2015. Conforme referido nos Relatórios de Gestão de 2017 e 2018, o Município procedeu à constituição de provisão para cobranças duvidosas no valor de 321.400€ relativamente à Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC) dos anos 2015 e 2016, não tendo procedido à cobrança da taxa relativa aos anos de 2017 e 2018.

Efetivamente, tendo em conta a declaração de inconstitucionalidade da TMPC do Município de Lisboa, o Executivo Municipal achou prudente não proceder à cobrança, entendimento que se manteve no ano de 2019 e que levou à não cobrança da taxa, tanto mais que se registaram, durante o ano de 2018, decisões desfavoráveis ao Município nos processos de impugnação movidos pela IP - Infraestruturas de Portugal, S.A., e pela REN – Rede Elétrica Nacional, S.A. e, já em 2019, no processo de impugnação movido pela EDP Distribuição de Energia, S.A, relativamente à aplicação da TMPC criada pelo Município de Odemira.

Tendo isso em consideração o Município, no decurso de 2019, anulou os saldos a receber, as provisões contabilizadas, bem como, revogou o Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil.

5.3 – Custos por Funções / Obras por administração direta

A conta “trabalhos para a própria entidade” deve refletir o apuramento efetuado através do sistema de contabilidade de custos que permite o reconhecimento dos custos apurados com obras executadas por administração direta. Não obstante, em 2019 não foram executadas obras que tenham reflexos no Imobilizado do Município.

O sistema de contabilidade de custos implementado permite o apuramento dos custos por funções, conforme exigido pelo POCAL, constantes do quadro seguinte:

Custos por Funções	2019
Funções Gerais	6.315.566,49 €
Funções Sociais	12.153.340,49 €
Funções Económicas	7.088.424,71 €
Outras Funções	4.211.815,62 €
Total de Custos	29.769.147,31 €

5.4 – Dívida do Município

À semelhança de anos anteriores, a análise à dívida será feita tendo em conta o facto de as operações de tesouraria e as contas de ordem (garantias e cauções prestadas por terceiros) não configurarem dívida efetiva do Município, indo de encontro ao conceito de dívida total estabelecido na Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, para o qual também não concorre o montante referente à contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM). Assim, tanto o valor das operações de tesouraria e das contas de ordem como o valor da contribuição para o FAM serão excluídos da análise.

Endividamento Global

Designação	Valor em Dívida em 31-12-2018	Estrutura	Valor em Dívida em 31-12-2019	Estrutura
Dívida de médio e longo prazo a pagar a mlp	4.394.955,45 €	70,56%	3.577.756,53 €	72,61%
Dívida de médio e longo prazo a pagar a cp	874.000,00 €	14,03%	818.000,00 €	16,60%
Dívida de curto prazo	959.291,92 €	15,40%	531.347,51 €	10,78%
Total	6.228.247,37 €	100%	4.927.104,04 €	100%

nota 1: no seguimento de orientações da DGAL deve ser evidenciada a parte da dívida de médio e longo prazo a pagar no curto prazo (12 meses).

nota 2: o quadro não contempla o valor de 48.033,75€ a pagar no curto prazo relativo ao contributo do Município no FAM, uma vez que esse valor não concorre para o conceito de dívida total, estabelecido pela Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

Como se pode constatar o Município apresenta, no final de 2019, um menor nível de endividamento relativamente ao ano anterior, sobretudo no médio e longo prazo.

Dívida de curto prazo (cp)

Designação	Valor em Dívida em 31-12-2018	Valor em Dívida em 31-12-2019
Fornecedores c/c	118.236,62 €	101.538,65 €
Fornecedores de imobilizado	121.170,16 €	126.406,20 €
Fornecedores com faturas em recepção e conferência	46.639,15 €	12.154,24 €
Outros Credores	1.667.640,31 €	1.294.464,39 €
Sub-Total	1.953.686,24 €	1.534.563,48 €
Operações de Tesouraria + Garantias e Cauções	-994.394,32 €	-1.003.215,97 €
Total	959.291,92 €	531.347,51 €
Dívida de médio e longo prazo a pagar a cp	874.000,00 €	818.000,00 €
Total de Dívida de curto prazo	1.833.291,92 €	1.349.347,51 €

nota: o quadro não contempla o valor de 48.033,75€ a pagar no curto prazo relativo ao contributo do Município no FAM, uma vez que esse valor não concorre para o conceito de dívida total, estabelecido pela Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

O quadro acima permite-nos constatar uma redução da dívida de curto prazo relativamente a 2018 (cerca de 484.000€). É de salientar que o Município, tal como tem vindo a ser hábito nos últimos anos, não teve necessidade de recorrer, em 2019, a qualquer operação financeira de curto prazo para fazer face a necessidades de tesouraria, apresentando um prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias.

O quadro seguinte permite-nos fazer uma análise da situação dos empréstimos contratados a médio e longo prazo. Os empréstimos já se encontram utilizados, estando em fase de amortização. A redução verificada decorre, assim, da amortização dos mesmos de acordo com os contratos estabelecidos com as instituições bancárias.

Dívida de médio e longo prazo (mlp)

Empréstimo N.º	Valor em Dívida em 31-12-2018	Valor em Dívida em 31-12-2019
CGD - 9015/005596/991	998.400,91 €	688.544,13 €
BPI - 281126983004	134.377,73 €	104.828,28 €
CCAM - 56032954011	538.582,12 €	431.383,85 €
CGD - 0546/9015/004050/391	598.369,50 €	498.644,99 €
BPI - 281126983005	777.168,58 €	680.022,52 €
NB - 0770037258 ¹	1.241.457,96 €	1.095.404,08 €
BPI - 281126983006	980.598,65 €	896.928,68 €
Total	5.268.955,45 €	4.395.756,53 €
Dívida de médio e longo prazo a pagar a cp	874.000,00 €	818.000,00 €
Dívida de médio e longo prazo a pagar a mlp	4.394.955,45 €	3.577.756,53 €

¹ - redenominado a partir do empréstimo BES - 220678881

O mapa de empréstimos obtidos, incluído nos Mapas de Prestação de Contas (documento n.º26), permite-nos uma análise minuciosa dos empréstimos em questão. Atente-se que, na maioria dos casos, foram contratados pelo prazo de 20 anos com um período de carência de 5 de forma a permitir uma amortização de capital faseada.

5.5 – Cumprimento de regras financeiras

Relativamente aos limites ao endividamento municipal, o RFALEI instituiu no seu art.º 52.º um “Limite da dívida total” que estabelece que “a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

O cálculo dos limites leva em consideração a dívida de entidades participadas.

O quadro infra permite-nos constatar que o Município de Odemira cumpre com larga margem o critério estabelecido.

Limite para 2019/12/31 (1,5 X média da RC líquida cobrada nos exercícios anteriores)	37.883.370,10 €
Dívida total apurada (soma da contribuição de cada entidade para a dívida total)	4.931.664,93 €
margem face ao limite	32.951.705,17 €

nota: os dados relativos às entidades participadas são provisórios à data de 31/12/2019

A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março) e o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho (alterado e republicado pelo DL n.º 99/2015, de 2 de junho), que visa estabelecer os procedimentos necessários à aplicação da mesma e à operacionalização da prestação de informação, trazem várias regras que devem ser observadas e que interessa dar conta do seu cumprimento. Nessa conformidade, à data de 31/12/2019, o Município de Odemira não registava quaisquer contas a pagar a mais de 90 dias das datas de vencimentos acordadas com os seus fornecedores. Note-se que estão excluídas deste limite dos 90 dias situações de:

- Pagamentos objeto de impugnação judicial até que sobre eles seja proferida decisão final e executória: existe uma dívida abrangida por esta exclusão de pagamento à ACORIL-EMPREITEIROS, S.A., no montante de 119.862,99€, que aguarda decisão judicial;
- Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor: registam-se várias situações no montante global de 8.671,31€;
- Montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados: não se registam situações.

Para que os municípios não incorram em situações de pagamentos em atraso (superiores a 90 dias) a LCPA vem impor a impossibilidade de assunção de compromissos que excedam os fundos disponíveis. No entanto, o n.º 6 do art.º 88.º da Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro, que aprovou a LOE/2019, determina que são excluídas do âmbito de aplicação da LCPA, e do DL que a operacionaliza, as autarquias locais que, a 31/12/2018, cumpram as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas (TC) e à DGAL e os limites de endividamento previstos na Lei das Finanças Locais, ficando dispensadas do envio do mapa de fundos disponíveis através do SIAL.

Importa no entanto reportar que, não obstante o Município se encontrar na situação acima descrita e, por esse facto, não ter procedido ao envio do mapa em questão, efetuou o cálculo dos fundos disponíveis, mensalmente, durante o ano de 2019, por considerar que este é um bom instrumento de referência para um efetivo controlo da sua tesouraria, não tendo sido assumidos quaisquer compromissos para além dos mesmos.

6 – Indicadores de Gestão

6.1 - Indicadores de natureza orçamental

Indicador	2016	2017	2018	2019
Receitas Próprias (a) / Despesas Totais	40,52%	41,91%	41,22%	44,08%
Transf. Financeiras Orç. Estado (b) / Receitas Totais	49,23%	52,55%	47,39%	50,79%
Transf. Financeiras Orç. Estado (b) / Despesas Totais	50,99%	53,32%	46,49%	53,70%
Transf. Financeiras Orç. Estado (b) / Despesas com Pessoal	175,44%	174,64%	153,11%	176,05%
Receita Cobrada (c) / Receita Orçamentada (c)	90,36%	89,52%	87,95%	94,69%
Despesas com Pessoal / Despesas Totais	29,06%	30,53%	30,37%	30,50%
Despesas com Pessoal / Receitas Correntes	32,91%	32,90%	33,98%	32,32%
Despesas de Capital / Despesas com Pessoal	93,72%	74,88%	74,89%	80,26%
Despesas de Capital / Despesas Totais	27,24%	22,86%	22,74%	24,48%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	56,08%	37,91%	38,36%	46,17%
Receitas de Correntes / Despesas Correntes	121,36%	120,31%	115,65%	124,98%
Receita Total / Nº Habitantes	1.110,29 €	1.070,24 €	1.093,11 €	1.208,10 €
Despesa Total / Nº Habitantes	1.071,88 €	1.054,71 €	1.114,05 €	1.142,62 €
Despesa Investimento / nº Habitantes	291,98 €	241,14 €	253,34 €	279,72 €

(a) Excluem-se do conceito de receitas próprias:

- Transferências do Orçamento do Estado;
- Transferências da União Europeia;
- Outras transferências do setor público administrativo;
- Saldos de gerência anterior, com exceção do saldo proveniente de receitas próprias;
- Passivos financeiros

(b) (FEF + FSM + IRS + n.º3 art.º35.º LEI n.º75/2013)

(c) Os valores referem-se a receita cobrada e orçamentada bruta e incluem o saldo da gerência anterior

Analisando os diversos indicadores constata-se a forte dependência das finanças municipais das transferências do Orçamento do Estado.

A evolução do indicador de receita cobrada/receita orçamentada, ao longo do quadriénio, dá-nos a perceção da elaboração de orçamentos de receita realistas.

A receita corrente tem conseguido cobrir as despesas do mesmo tipo, permitindo, inclusive, financiar despesas de investimento.

As despesas de pessoal apresentam uma relação estável relativamente às receitas correntes que as financiam e à totalidade da despesa executada.

Os três últimos indicadores dão-nos a perceção da execução orçamental por habitante.

6.2 - Indicadores de natureza financeira

Os indicadores que a seguir se apresentam têm por finalidade proporcionar uma leitura da situação financeira do município.

Rácios Patrimoniais		2018	2019
Liquidez geral	Ativo Circulante / Passivo Circulante	2,86	5,19
Liquidez reduzida	(Ativo Circulante - Existências) / Passivo Circulante	2,49	4,72
Endividamento	(Dívidas cp+mlp) / (Fundos Próprios+Passivo)	0,08	0,06
Estrutura do Endividamento	Passivo Circulante / Capitais Alheios	0,31	0,28
Solvabilidade	Ativo Líquido / Passivo	2,64	2,80
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Ativo Líquido	0,61	0,63

nota: na elaboração dos rácios não foram consideradas operações de tesouraria e contas de ordem

Os rácios apresentados demonstram a manutenção de uma boa situação financeira.

Os indicadores de liquidez relativos a 2019 permitem-nos aferir uma situação de tesouraria bastante confortável, que ainda melhorou quando comparada com 2018.

Conforme se pode constatar pelos rácios de solvabilidade e de autonomia financeira apresentados, a autarquia detém uma boa solidez financeira e uma grande capacidade para fazer face aos compromissos assumidos com os seus fornecedores.

Os rácios de endividamento permitem-nos ter a perceção do grau de utilização de capital alheio para financiar a atividade municipal, bem como, o peso das dívidas de curto prazo no endividamento municipal.

7 – Factos relevantes verificados após o encerramento do exercício

Conforme reportado no ponto 4.3 do presente Relatório de Gestão, apesar de não relevadas nas contas, conforme orientações da DGAL no sentido do reconhecimento dos montantes a receber apenas aquando da autorização dos pedidos de pagamento efetuados aos organismos gestores, no final de 2019 encontravam-se por receber verbas, de obra já executada, na ordem dos 1.550.000€. De acordo com informação recolhida junto da entidade gestora, já em 2020, não será financiada a candidatura relativa à “REDE VIÁRIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA - 3ª FASE”, aprovada em *overbooking*. Assim, o valor reportado de obras executadas por receber à data de 31/12/2019 reduzir-se-á para um montante na ordem dos 460.000€.

Conforme reportado no ponto 5.1, as obras realizadas pela Sociedade Pólis durante o ano de 2019 levaram à subscrição, em 2 momentos, de parte da prestação por subscrever (508.000€), no montante total de 363.163€. A Sociedade mantém a sua atividade em 2020, de forma a concluir as obras em curso, o que levou à realização durante o mês de abril de 2020 de parte do valor por realizar, no montante de 100.000€.

Conforme reportado no ponto 5.2, no decurso de 2019 o Município anulou as provisões para cobranças duvidosas relativas à taxa municipal de protecção civil e revogou o respetivo Regulamento. Já no decurso do mês de fevereiro de 2020, o Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade da norma que determina o pagamento da taxa municipal de protecção civil devida pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da protecção civil.

À data em que as Contas são prestadas, existe um surto do Covid-19 que foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso país onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. O Município de Odemira adotou as medidas de prevenção adequadas à contenção da doença de acordo com as indicações da Direção Geral de Saúde (DGS) tendo sido elaborados Planos de Contingência relativos ao funcionamento interno da Autarquia, bem como, à comunidade residente no concelho.

Uma vez que este surto tem um impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para as entidades públicas, as implicações no relato financeiro podem também ser muito significativas, com efeitos que dependem da realidade de cada entidade. Apesar desta situação não afetar as Contas de 2019, levará o Município a incorrer em despesas não previstas em 2020, tendo em conta necessidades de protecção adicionais, bem como, as medidas de apoio a estratos de população e empresas desfavorecidas que os órgãos municipais deliberaram. Nesta conformidade, as Contas do Município relativas a 2019 foram preparadas com base no pressuposto contabilístico da continuidade, que se mantém apropriado.

8 – Proposta de Aplicação dos Resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do exercício de 2019 (no montante de 2.196.068,48€) seja distribuído da seguinte forma:

Distribuição de Resultados - 2019		Montante
57.1	Reservas Legais	109.803,42 €
59	Resultados Transitados	2.086.265,06 €

Odemira, 29 de maio de 2020